









RONALD DE CARVALHO

---

# ESTUDOS BRASILEIROS

3.<sup>a</sup> SERIE



F. BRIGUIET & Cia. — Editores  
R. S. JOSÉ, 38 — Rio de Janeiro  
1931



ms  
q

# ESTUDOS BRASILEIROS

3.<sup>a</sup> SERIE



# OBRAS DE RONALD DE CARVALHO

## POESIA

- Luz Gloriosa*, 1913 (esgotado).  
*Poemas e Sonetos*, 1.ª edição, 1919. 2.ª edição, 1922.  
*Epigrammas Ironicos e Sentimentaes*, 1.ª edição, 1922.  
2.ª edição, 1925.  
*Toda a America*, 1.ª edição, 1926.  
*Jogos Pueris*, 1926 (esgotado).

## PROSA

- Pequena Historia da Literatura Brasileira*, 1.ª edição, 1919. 2.ª edição, 1922. 3.ª edição, 1925. 4.ª edição, 1929.  
*O Espelho de Ariel*, 1922 (esgotado).  
*Estudos Brasileiros*, 1.ª serie, 1924. 2.ª edição, 1930.  
*Imagens do Mexico*, 1929.  
*Estudos Brasileiros*, 2.ª serie, 1931.  
*Estudos Brasileiros*, 3.ª serie, 1931.  
*Rabelais e o Riso do Renascimento*, 1931.

## A APPARECER

- O Claro Riso dos Modernos.*  
*Conferencias.*  
*O Imperio do Brasil e a Independencia do Uruguay.*  
*A Missão de Lord Strangford na Côte do Rio de Janeiro (1808-1816).*  
*Itinerario.*  
*Caderno de Imagens.*

## OBRAS TRADUZIDAS

- Toda la America*, versão espanhola e prefacio de Francisco Villasespa. Alejandro Pueyo. Madrid, 1930.  
*Historia de la Literatura Brasileira*. Tradução e prologo de F. Villasespa. Alejandro Pueyo. Madrid, 1931. 2 volumes.  
*Toda a America*, versão italiana, de Prampoline, introdução e notas de A. G. Bragaglia. Editor G. Carabba. Lanciano, 1931.



RONALD DE CARVALHO

---

# Estudos Brasileiros

3.<sup>a</sup> SÉRIE



F. BRIGUIET & Cia. — Editores  
R. S. JOSÉ, 38 — Rio de Janeiro  
1931



A LEGAÇÃO IMPERIAL, EM  
LONDRES, E A MEDIAÇÃO  
INGLEZA, NA GUERRA  
CISPLATINA



§ 1.º — *A politica de Canning*

O capitulo mais interessante, na historia das lutas pela posse da Banda Oriental, não se inscreve nos combates de mar e terra, mas, principalmente, nos jogos diplomaticos. Não foi a energia dos soldados de Laguna, de Barbacena, de Alvear, Lavalleja e Rivera que decidiu o pleito da Cisplatina. Não foi a batalha de Itusaingó que acelerou a paz. Não foi, tampouco, a incursão de Rivera, pelas Missões, que pôz remate á guerra. O revés do Passo do Rosario não abalou o Imperio nem abateu o animo de Pedro I. Depois da victoria, e apesar della, o exercito de Alvear entrou em decomposição, segundo se collige dos proprios depoimentos do chefe argentino. Sem munição, sem canhões nem armamento ligeiro, com as soldadas em atrazo, desprovida de roupas e fardamento, soffrendo vexações e enfermidades crueis, a tropa de Alvear perdeu o character de cohesão e unidade, para se transformar na “montonera” indisciplinada e revel.

Itusaingó não impediu a Convenção Garcia. Itusaingó não influiu no espirito de lord Ponsonby, quando o mediador britannico insistiu junto a Rivadavia para que o governo argentino ratificasse o tratado de 1827, onde se reconhecia a integração definitiva do territorio cisplatino ao do Imperio. <sup>(1)</sup>

Os maiores generaes de toda a campanha de 1825 -1828 foram Canning, Ponsonby e Gordon. A estrategia da chancellaria de Londres soube vencer a tactica dos entreveiros pampeanos. A penna subtil dos negociadores, no Rio e em Buenos Aires, obteve, afinal, o triumpho que as espadas não puderam conquistar, cruzando-se nas cochilhas.

Quem quizer penetrar as razões que determinaram a assignatura da Convenção Preliminar de Paz, de 27 de agosto de 1828, precisa percorrer a correspondencia secreta da Legação Imperial, em Londres, com o Ministerio dos Negocios Estrangeiros do Rio. Depara-nos essa massa de documentos o espelho fiel dos sentimentos que animavam o Gabinete de St. James, em relação aos problemas americanos.

A politica britannica, aliás, nunca sof-

---

(1) Cf. Luis Alberto de Herrera. *La Mision Ponsonby*. 2 vols. Montevideo, 1930, item, *Correspondencia official existente no Archivo do Ministerio das Relações Exteriores. Rio de Janeiro*.

freu variações, a respeito da questão da Banda Oriental. Desde a primeira invasão portuguesa, em 1811, demonstrara lord Strangford, ministro de S. M. B. junto a S. M. F., as reservas do seu governo sobre esse delicado assumpto.<sup>(2)</sup> Sua vigilancia, em tal passo, tornou-se tão insistente, que o principe d. João chegou a querer despachal-o do Rio, mercê da sua “ousadia” Habil e ductil, Strangford excusou-se perante S. A. R., continuando, entretanto, a seguir, de perto, o desenvolvimento dos successos. Eis ahi porque encontramos vestigios da sua intervenção até no Armisticio de 1812, concluido pelo coronel Rademaker, em Buenos Aires. (Nota de 27 de agosto de 1812 do conde de Galveas a lord Strangford).<sup>(3)</sup>

Vendo, com perspicacia, a possibilidade crescente de mercados novos, na America, para as suas industrias, já em grande prosperidade, os inglezes temiam, aqui, a formação de um imperio, capaz de dominar quasi todo o Atlantico sul. Não lhes sorria, por isso, o advento de um paiz de tão vastos recursos que, alliado a qualquer nação poderosa da Europa, criaria, de um momento para outro, sérios embaraços ás suas linhas de na-

---

(2) *Record Office. London. F. O.* (1808 a 1816).

(3) *Archivo do Ministerio das Relações Exteriores. Rio de Janeiro.*

vegação mercante. Tornava-se mistér, portanto, dificultar o crescimento do Imperio, cerceando-lhe, quanto possível, as actividades no Rio da Prata. Não foi outra, como veremos adeante, a politica de Canning durante a guerra cisplatina.



§ 2.º — *Os avisos da diplomacia imperial em Londres*

Desde 1824, consoante o Officio Secreto n. 1, de 14 de julho, já os nossos agentes, em Londres, Felisberto Caldeira Brant (depois marquez de Barbacena) e Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa (mais tarde barão e visconde de Itabayana) annunciavam fundados receios de que, na Europa, se viesse a tramar contra a segurança do Brasil. Relatando a Carvalho Mello interessante conferencia com o ministro de Estrangeiros da Grã-Bretanha, dizem, no citado officio:

“Mr. Canning nos communicou ter recebido participação de que Buenos Aires se dispõe a fazer a guerra ao Brasil. Se apparecer a menor disposição hostil de Buenos Aires será indispensavel dar-lhe uma lição duradoura, tal qual, por exemplo, deu a Inglaterra á Dinamarca. Quando reflectimos nos

poucos meios de Buenos Aires, e na immoralidade de alguns governos da Europa, nenhuma duvida se nos offerece em crer que tal projecto de hostilidades seja aconselhado, e mui bem pago pela Europa. O Brasil é o gigante que se deve acabrunhar, embora se ajude, e favoreça, aos Pigmeus nossos vizinhos.”<sup>(1)</sup>

Conversando, pela mesma época, o ministro da Austria com o Marechal Brant, “proferiu, no calor da disputa: “Si l’Empereur ne s’acomode pas aux vues des Souverains de l’Europe, on le fera sauter en trois mois”.

“O Marechal, dando-lhe a resposta — “tant pis pour eux”, — attribuiu á estratagemia diplomatico aquella especie de ameaça; mas, combinando aquella ameaça com o procedimento de mandar dinheiro, e agentes para intrigar os novos Governos Americanos, e sabendo do projecto de Buenos Aires, que é tão louco como o de Pernambuco e Ceará (mas que nem por isso deixa de retardar a consolidação do Imperio), julgamos do nosso dever communicar a v. ex. todas as nossas suspeitas.”<sup>(2)</sup>

---

(1) *Archivo do M. das R. Exteriores. Rio de Janeiro.*

(2) *Idem.*

Conhecedor das cavillações européas, mais agudas ainda, após o Congresso de Viena, observador sagaz do taboleiro onde evoluíam as peças da Santa Alliança, o nosso Itabayana teria, cedo, a confirmação das suas suspeitas. Se, a principio, como se deprehende do seu Officio n. 46, de 11 de agosto de 1825, não acreditava que a chancellaria britannica apoiasse as pretensões de Buenos Aires, por ter a mesma defendido, durante tres annos, a restituição do territorio oriental a S. M. Catholica, depressa mudou de convicção. E' o que lemos no Off. Secr. n. 5, de 13 de setembro do mesmo anno, nestes paragraphos:

“Tambem sei que este Governo começa a expressar-se acerca da aggressão de Buenos Aires de huma maneira menos favoravel ao Brasil, affectando grandes receios de que o estado de guerra com a Republica vizinha não ponha em perigo a estabilidade do Imperio.

“He pena que este Governo não queira persuadir-se de que o seu proprio interesse exige que o territorio Cisplatino seja parte integrante da Monarchia Brasileira...” (3)

---

(3) *Archivo do M. das R. Exteriores. Rio de Janeiro.*



§ 3.º — *Itabayana suggere um accordo directo  
com a Espanha e Portugal*

Percebendo, com atilamento, a fraqueza da nossa posição, em face dos interesses de Londres, suggere Itabayana, no mencionado Officio n. 5, que, ao revés de pretendermos convencer o gabinete britannico dos nossos direitos, “devemos evitar a sua intervenção nesta questão e abrir já huma negociação secreta com a Espanha para que nos faça huma cessão formal daquelle territorio mediante certa indemnisação pecuniaria.” Tambem lembra que “o territorio de Olivença pode ser um equivalente do Cisplatino se Portugal quizer cedel-o á Espanha: mas então será Portugal que receberá de nós huma indemnisação em dinheiro”

O governo imperial, todavia, não tinha mais as mãos livres para aceitar o alvitre do seu representante em Londres. Já estava compromettido um mez antes de ser enviada a proposta de Itabayana, com o governo de S. M. B., pois solicitara, por Nota de 17 de Agosto de 1825, a Carlos Stuart, os

bons officios da Grã-Bretanha, para dirimir a contenda com a Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata. (1)

Recebendo instrucções de Carvalho e Mello, (Despacho n. 59, de 18 de Agosto de 1825), para “conferir immediatamente com Mr. Canning e fazer-lhe ver o aperto em que nos tem posto o comportamento de Buenos Aires”, procurou Itabayana cumprir, da melhor maneira, o seu mandato. Dando conta da sua conversa com Canning (Officio n. 63, de 29 de Novembro de 1825) refere Gameiro Pessoa que “tendo eu dessa vez cumprido o penoso dever que v. ex. me impôz, pelo seu Despacho de n. 59, de solicitar a intervenção deste Governo, para o fim de evitar-se hum rompimento entre o Brasil e Buenos Aires, elle (Canning) me declarou que havia já empregado algumas diligencias para o pretendido effeito, e que continuaria as suas instancias para o restabelecimento da boa harmonia entre esse Imperio e a Republica vizinha”

Vale accentuar o tom melancolico do periodo final dessa communicação, que é o seguinte: “Eu confio pouco na efficacia destes promettidos bons Officios; mas, apesar disso, os reclamei na forma que me foi ordenada” Itabayana desenvolve esse conceito desen-

---

(1) *Archivo do M. das R. Exteriores, Rio de Janeiro.*

cantado, sobre a sorte da mediação, no Officio Secreto n. 6, redigido um dia depois da conferencia com o ministro de estrangeiros da Inglaterra. São estas as palavras do texto confidencial:

“Passando a tratar de outros objectos, direi a v. ex. que na ultima conferencia que tive com Mr. Canning, e de que dei conta no meu Officio Ostensivo de n. 63, achei-o tão parcial a favor de Buenos Aires, que não confio nada na sinceridade dos bons officios que v. ex. mandou reclamar, e elle prometeu prestar-nos. Na mesma occasião apresentou-me elle a extravagante proposição de abandonar o Imperador a Banda Oriental ao Governo de Buenos Aires mediante huma indemnização pecuniaria; e eu combati tanto esta proposição, que elle não insistiu nella.

“Esta manifesta parcialidade do Governo Britannico por Buenos Aires, é, na minha opinião, motivada pela importancia que elle dá ao commercio desta nação com aquelle Estado, talvez por se persuadir que a cidade de Buenos Aires continuará a ser o entreposto dos productos das ricas provincias do Alto Perú.

“Eu espero o contrario; porque, quer as ditas provincias se constituam em Estado independente, e separado, quer se incorporem ás do Baixo-Perú, ha de o seu commercio

tomar a direcção dos Portos do Perú, e de Panamá, por ali achar-se já estabelecida a navegação por meio de vapor.

“Seja, porém, qual fôr a causa da parcialidade do Governo Britannico acerca da dominação da Banda Oriental, parece-me que, em vez de solicitarmos a sua intervenção nessa contestação, devemos tratar de pôr em execução o plano indicado no meu precedente Officio Secreto de n. 5, se elle tiver a fortuna de merecer a benigna approvação de Sua Magestade Imperial e do Seu patriotico Ministerio.” (2)

Este admiravel documento, pelas vistas que contém, pela segurança com que estão indicados alguns problemas politicos e economicos, perfeitamente verificados no futuro, revela um alto senso e uma forte intuição das realidades americanas. Itabayana prevê, ahi, a fragmentação do bloco bolivariano, o destino que assumiria o Panamá, como centro de passagem e distribuição das materias primas do Chile, da Bolivia e do Perú.(3) Observa, por igual, o diplomata bra-

---

(2) *Archivo do Ministerio das R. Exteriores. Rio de Janeiro.*

(3) Já em 1529, os conquistadores mandavam dizer ao rei de Espanha: “No hemos encontrado el paso; será preciso abrirlo. Será preciso construir el canal de Panamá” Weldo Frank, *El Canal, estudo publicado em La Prensa, de B. Aires.* 1, janeiro, 1931.



sileiro as razões puramente commerciaes em que assentavam os argumentos de Canning, a favor da cessão da Cisplatina ás Provineias do Prata.

Déclarada a guerra, iriam confirmar-se ainda mais os temores do nosso plenipotenciario, acerca da influencia capital que exerciam, nas directrizes da politica exterior ingleza, os grandes interesses mercantis dos exportadores e importadores do Reino Unido. Pouco antes do rompimento, já os agentes de Buenos Aires, com habilidade e profunda intelligencia do meio, espalhavam informações tendeneiosas contra a situação economica do Brasil, exaggerando, por meio de estatisticas falseadas, a capacidade economica das Provincias do Prata. O folheto intitulado — “Noticias historieas, politicas e estatisticas de las Provincias Unidas del Rio de la Plata” — que editou, em Londres, Ignacio Nuñez, então enearregado de Negocios argentino junto á corte de St. James, dá medida da propaganda feita contra o Imperio.

Itabayana estava só. Tudo conjurava contra os resultados felizes da sua missão. De um lado, era forçoso vencer as resistencias dos grandes paizes europeus, no tocante ao reconhecimento da nossa independencia e a sua repugnancia em aceitar os motivos que expunha o gabinete imperial para con-

servar o Estado Cisplatino. De outro, era preciso conciliar as susceptibilidades dos agentes da Colombia e do Mexico, para que elles não considerassem com desconfiança a attitude do Imperio deante das Republicas espanholas da America. Accresce, ainda, que a vociferação da imprensa liberal ingleza era tremenda contra nós. Dirigida pelo "Times", grande parte da opinião londrina condemnava a politica do Rio, reclamando medidas coercitivas, que puzessem o Brasil no caminho das conciliações.

Foi extraordinaria a obra de Itabayana, em taes momentos. Tudo fazia o nosso representante para attrahir as sympathias em favor da nossa causa. Conversava com politicos, recebia jornalistas, discutia com industriaes e commerciantes, avistava-se com banqueiros, atalhava o trabalho secreto dos emissarios portenhos para contractar officiaes e comprar navios, mettia-se em polemicas, por vezes asperas, no intuito de rectificar despropositos assacados contra a sua patria. (1)

---

(1) *A missão de Itabayana, em Londres, foi admiravelmente estudada pelo sr. Hildebrando Accioly, na sua obra: O Reconhecimento da Independencia do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927.*

§ 4.º — *A inflexibilidade de Canning*

Sabia, porém, Itabayana que era improficuo o seu labor. Tudo seria em vão, como previra, desde a primeira entrevista com o chanceller britannico. Ao lhe transmittir este, em 31 de janeiro de 1826, a noticia de que Sarratea, encarregado de negocios das Provincias Unidas, solicitara a intervenção da Inglaterra na questão cisplatina, não duvidou, um só instante, de que perderiamos a Banda Oriental, se acaso Canning decidisse em ultima instancia.

Não recuou, entretanto, em face do esperado desastre. E é o que manda dizer ao visconde de Santo Amaro, no Officio Secreto n. 8, de 19 de fevereiro de 1826:

“A parcialidade deste Governo pelo de Buenos Aires já era tão manifesta, quando em 14 de Setembro do anno proximo passado dirigi a V. Ex. o meu Officio Secreto de n. 5, que não

fiquei surprehendido com o recebimento da Nota pela qual Mr. Canning me annunciou que o Governo de Buenos Aires havia solicitado a mediação deste Gabinete, para obter a posse da Banda Oriental, pelo meio amigavel da negociação.

“Aproveitei-me, porém, desta circumstancia para aprofundar mais o meu conhecimento sobre os sinistros projectos deste Governo relativamente ao mencionado territorio; e em huma Conferencia que tive, ultimamente, com o referido Ministro de Estado, disse-lhe que eu não augurava bem do effeito da sobredita Nota se eu, transmittindo-a para a minha Córte, como havia feito, não lhe fizesse, ao mesmo tempo, conhecer quaes eram as idéas do Governo Britannico sobre o modo de concluir a negociação proposta por Buenos Aires; e que lhe pedia instantemente que me fizesse uma revelação, que se tornava indispensavel no momento actual.

“Declarou-me, então, Mr. Canning que a opinião deste Governo era *que a Banda Oriental fosse ou incorporada a Buenos Aires, mediante huma indemnização pecuniaria dada ao*

*Brasil, ou erigida em hum Estado Independente, á maneira das Cidades Hanseaticas, debaixo da protecção e garantia da Gran-Bretanha.*

“Desde então até hoje hei reflectido mui seriamente sobre o que o dito projecto envolve de odioso, impolitico, e arduo, e o resultado das minhas reflexões he, que este Governo não póde, sem deshonra sua, levar avante a execução de tal projecto: porque, havendo elle tomado parte tanto no Acto Final do Congresso de Vienna, que prometteu e garantiu a Portugal a restituição de Olivença, por parte da Hespanha, como na mediação estabelecida em Paris, nos annos de 1818 e 1819, que concordou nos artigos seguintes: 1.º) que S. M. Catholica restituisse Olivença a S. M. Fidelissima; 2.º) que S. M. Fidelissima entregue a Banda Oriental a S. M. Catholica, mandando Ella uma força sufficiente para occupar e conservar aquelle Territorio debaixo da sua dominação; 3.º) que S. M. Catholica pagasse a S. M. Fidelissima as despesas feitas com a occupação do referido Territorio, não póde realizar o seu iniquo projecto sem excitar contra si

os clamores das Partes offendidas e lesadas, que são as Côrtes do Rio de Janeiro, Madrid e Lisboa.

“Mas, para que este projecto aborte, e se malogre, he mistér que as tres referidas Côrtes não percam um momento em ultimarem entre si amigavel e secretamente os negocios da Banda Oriental e Olivença; e que tudo o que entre ellas accordado fôr, haja de ser garantido, quando menos, pelas cinco Potencias Mediadoras, em cujo numero acha-se comprehendida a Gran-Bretanha.

“Ora, se as mesmas Colonias Hespanholas, que se tornaram independentes da Hespanha, e se acham presentemente em pleno gozo da sua independencia, buscam da sua Antiga Metropole huma renuncia formal dos seus antigos Direitos de Soberania, pelo facto do reconhecimento da Independencia actual de cada uma dellas; não sei como possa o Governo Imperial prescindir da formalidade de diligenciar e obter a Sancção de S. M. Catholica á perpetua incorporação da Banda Oriental ao Imperio. E se esta formalidade he indispensavel, deve ser preenchida quanto antes, e não

retardada, abrindo-se huma negociação secreta com a Côrte de Madrid, para havermos della a pretendida sanccção á troca de huma indemnização pecuniaria em que se encontrem as indemnizações, que ella devia dar-nos (e deixou de dar) em execução do Tratado de Paz de 1777 Esta he a mesma opinião que tomei a liberdade de enunciar no meu Officio Secreto de n. 5, em data de 14 de Setembro do anno passado, e que hoje mui respeitosa-mente reitero, pela urgencia das circumstancias presentes.” (1)

Confirmando, em 20 de março seguinte (Officio Secreto n. 9), quanto referira a 19 do mez anterior, accrescenta Itabayana que o governo de S. M. B. revelava agora maior insistencia na mediação, e mandaria Lord Ponsonby ao Rio, “afim de urgir essa Côrte e conhecer se está ou não disposta a ceder a dita Provincia.” Accusa a má vontade de Canning, pelo facto de não lhe haver respondido á Nota com que lhe remettera um exemplar do Manifesto Imperial, justificando a guerra contra as Provincias Unidas. Ajunta que o ministro inglez “crimina essa Côrte de

---

(1) *Archivo do M. das R. Exteriores. Rio de Janeiro.*

ter, por meio da guerra actual, posto em conflicto o principio monarchico com o democratico d'America: o que faz com intento de attenuar o interesse das Côrtes do Continente por esse Imperio." Não esconde Itabayana, tambem, o receio de que o gabinete de Vienna formasse contra nós. Parecia-lhe isso muito razoavel, deante do que lhe havia "assaz dado a entender" o Barão de Neumann, "que he orgão de Canning"

Volta a lembrar o expediente do accordo directo com as Côrtes de Madrid e Lisboa, insinuando que, nos Tratados com a França e a Austria, "devemos pretender que ellas se obriguem, em Artigos Secretos, a trabalharem para que obtenhamos da Espanha a cessão da Banda Oriental, e a garantirem essa cessão, no caso de a obtermos."

O patriotismo de Itabayana restringiu-lhe, nesse caso, a perspicacia. Esse plano, que foi durante muito tempo a sua melhor illusão, e que chegou a ser communicado ao Conde de Porto Santo, em Lisboa, estaria fadado a um desastre irremediavel. Nem a Espanha o aceitaria, nem as chancellarias de Paris e de Vienna lhe dariam apoio, pois nada lhes poderiamos offerecer, praticamente, em troca do inevitavel melindre do gabinete britannico.

Itabayana aferrava-se, comtudo, a essa



derradeira esperança. Apesar dos acontecimentos contrários, seu espirito girava em torno dessas combinações, bem no estilo da época. Ha, na sua correspondencia secreta e cifrada com o Visconde de Rezende, plenipotenciario do Imperio em Vienna, abundantes provas do asserto. Em 15 de abril de 1826 (Officio secreto n. 1), escreve ao seu collega na Austria:

“O verdadeiro auxiliar de Buenos Aires é a Inglaterra, que quer dar a Montevidéo a fórma de cidade hanseatica sob a sua protecção, para ter ella a chave do Rio da Prata, como tem a do Mediterraneo e Baltico.

“Mister Canning já me revelou este iniquo projecto; e eu não tardei em communicar-o á nossa Côrte. E’ pois, para realizal-o que este governo quer ser mediador entre o Brasil e Buenos Aires: e quer sel-o tanto á força, que me intimou que se o Brasil não fizer a paz com Buenos Aires dentro do prazo de seis mezes, isto é, não lhe ceder a Banda Oriental, a Inglaterra se declarará a favor de Buenos Aires e contra o Brasil.

“Não era de esperar que esta Côrte, tendo com as de Paris, Vienna,

Berlim e Petersburgo reconhecido, em 1819, que a Banda Oriental devia ser restituída á Hespanha quizesse, agora, que ella o seja a Buenos Aires; porém, a mola da politica deste gabinete é o seu interesse e elle crê que nenhuma das ditas Côrtes se opporá ao seu projecto.

“Rogo, pois, a v. ex. que trate de incitar esta Côrte, fazendo-lhe vêr a absoluta necessidade que tem o Imperio para sua consolidação do limite do Rio da Prata; e como ella não quererá claramente se oppôr ao plano desta, peça-lhe v. ex. que o faça simuladamente e metta neste negocio a França, que não folgará de vêr a Inglaterra senhora do Rio da Prata e tratará de contrariar o dito projecto. Do seu lado, parece o nosso governo querer tratar de obter da Hespanha a cessão da Banda Oriental, em devendo então nós indemnismos Portugal dessa perda; mas até agora não se tem dado passo algum. Fique, pois, v. ex. sciente disto; mas não o diga a ninguem para que não venha a sabel-o a Inglaterra.” (2)

---

(2) *Archivo do M. das R. Exteriores. Rio de Janeiro.*

§ 5.º — *Itabayana e Ponsonby*

Emquanto o nosso plenipotenciario, em Londres, tentava, num supremo esforço, desviar a mediação para o entendimento com a Côrte de Madrid, Canning ia apertando as malhas da sua teia diplomatica, seguro de si e da sua poderosa intervenção. Em 15 de março de 1826, Itabayana esteve no “Foreign Office”, onde o chanceller britannico lhe participou a proxima partida de Lord Ponsonby, com escala pelo Rio, afim de “conferir com o Ministerio de Sua Majestade Imperial sobre a proposição apresentada pelo Encarregado de Negocios de Buenos Aires.” Poucos instantes depois de avistar-se o nosso representante com Mr. Canning, appareceu, na Secretaria de Estado, Lord Ponsonby. Itabayana já conhecia o Lord, a quem visitara. Canning facilitou um encontro entre ambos, que veio a realizar-se, no dia immediato, em casa de Itabayana. O diplomata brasileiro, como se

infe-re do seu Officio n. 90, de 18 de março, foi bastante explicito na sua conversa com o Lord. Descreveu-lhe o estado das Provincias Unidas, ministrou-lhe dados sobre a sua producção e o seu commercio, defendendo o ponto de vista do Imperio, na guerra cisplatina. Accentuou, principalmente, o odio existente em Buenos Aires contra a fórma de governo do Brasil, justificando as suas conclusões com a exhibição de exemplares do "Argos", de 26 e 29 de outubro de 1825.

Retrucou-lhe Ponsonby que, se o motivo da guerra eram as instituições monarchicas, deveria receiar o Brasil uma colligação chefiada por Bolivar, cujos effeitos seriam de graves consequencias. Affirmou-lhe, porém, Itabayana "que a idéa de uma liga das ditas Republicas contra o Imperio era uma ridicula quimera, tanto porque as demais Republicas estão mais ou menos desavindas com a de Buenos Aires, e todas estão exhaustas de meios e recursos, como porque ha uma decidida rivalidade entre o General Bolivar e o enfatuado Ribadavia, que he o Régulo principal de Buenos Aires." (Officio n. 90, de 18 de março de 1826).

Despediu-se Ponsonby, terminando a conferencia "da maneira mais obsequiosa" Seu juizo, não obstante, estava feito e não se modificou. Chegando ao Rio, foi seu primei-

ro cuidado propôr, na carta de 4 de junho, ao Visconde de Inhambuque, a cessão da Banda Oriental ás Provincias Unidas, em troca de uma indemnização, correspondente aos nossos prejuizos. Reforçava os seus argumentos, em favor da devolução, declarando a Provincia Cisplatina de pouquissima valia e insinuando, como em Londres, os perigos de uma conjuração republicana contra o Imperio. A dialectica de Itabayana servira, apenas, para cristalizar ainda mais as convicções do Lord.

Ponsonby encarnava, nesse momento, as tradições da politica exterior da Grã-Bretanha. Não cedia uma pollegada deante do contendor. Quando este esperava uma pequena concessão, depois de alinhar toda sorte de razões, encontrava o interlocutor no mesmo lugar, na mesma posição primitiva, defendida com finura, dobrada de pertinacia irresistivel.



§ 6.º — *Confirmação das suspeitas de Itabayana*

Com a vinda de Gordon, para o Rio, e de Ponsonby, para Buenos Aires, os negocios relativos á mediação começaram a ser tratados na America, por meio de conversas directas, entre os governos interessados e os plenipotenciarios de S. M. Britannica. Itabayana deixou, por isso, de influir sobre o assumpto pendente, limitando-se a segui-lo, de longe, pelas informações que recebia da nossa Côrte ou pelas noticias irregulares que podia colher no “Foreign Office” e nos circulos politicos de Londres.

Sua vigilancia, entretanto, não diminuiu, embora, dia por dia, se convencesse da procedencia de suas suspeitas, quanto ao desfecho do litigio. As communicações do Rio, os despachos de Inhambupe, de Queluz e de Aracaty iam restringindo, cada vez mais, os horizontes optimistas. A cessão do Estado

Cisplatino avultava, como realidade proxima, aos seus olhos.

Ainda em setembro de 1826 (Officio Secreto n. 18), transmittia o nosso plenipotenciario estas considerações dolorosas: "Este governo trata de firmar a sua influencia no Brasil, e em Portugal, no momento actual, que lhe parece muito opportuno. Está muito azedo com a recusa da cessão da Banda Oriental, e parece decidido a empregar todos os meios inclusive o de ameaças, para levar adiante o seu plano, que é de apoderar-se do porto militar de Montevidéo, e da navegação do Rio da Prata. Tendo Buenos Aires hum tão forte alliado, não póde o Brasil sahir-se bem da contenda, senão tiver apoio da França ou Estados Unidos, e não negociar com a Espanha." (1)

Durante o anno de 1827 ha, na sua correspondencia, um significativo silencio. A Convenção Garcia não lhe inspira o menor commentario. Sua situação, na capital britannica, devia ser, então, muito desagradavel, em virtude das continuas reclamações, nos jornaes e no parlamento, acerca dos prejuizos causados ao commercio do Reino Unido pelo bloqueio do Rio da Prata. Todos os mezes surgiam casos novos, creados pelos

---

(1) *Archivo do Ministerio das R. Exteriores. Rio de Janeiro.*



commandantes de navios inglezes, que des-respeitavam o bloqueio da esquadra brasileira, e eram aprisionados pelos vasos de guerra da marinha imperial.

Nos primeiros dias de 1828 (Officio n. 220, de 10 de janeiro) Itabayana previne o Marquez de Queluz de que “o Governo de Buenos Aires acaba de fazer bancarrota nesta Praça, declarando oficialmente não poder pagar os juros do seu Emprestimo no proximo Semestre” Sua satisfação, por esse facto, não seria, porém, completa. Circulavam, na City, boatos assustadores a nosso respeito. “Segundo a voz publica, dever-se-ha seguir a esta bancarrota a do Brasil.” Itabayana recusava acreditar no prognostico. “Eu confio que o Nosso Magnanimo Imperador fará mallograr-se tão sinistra predicção, e terá a gloria de sustentar illeso o Credito do Novo Imperio, no meio da tormenta financial que tem destruido o das novas Republicas Americanas. Esta gloria contribuirá grandemente para a consolidação do Imperio; porque o Credito Publico he, na época presente, a mola real dos Estados, e deve ser conservado á custa dos maiores sacrificios.” (2)

---

(2) *Archivo do M. das R. Exteriores. Rio de Janeiro.*



§ 7.º — *Ultimos esforços de Itabayana*

Em fins de abril de 1828, ignorando naturalmente as transacções de fevereiro entre o Imperador e Gordon, Itabayana tenta uma suprema cartada, em favor do Brasil. Conhecendo os sentimentos de affeição e respeito de Lord Stuart por Pedro I, procura-o e pede-lhe que predisponha o Duque de Wellington para uma conferencia “sobre o melhor modo de terminar a mencionada guerra”. (Officio n. 260, de 29 de abril de 1828) Traz-lhe Stuart, pouco depois, uma proposta de Wellington “para assignar immediatamente e *sub sperati* hum armisticio illimitado com o Encarregado de Negocios de Buenos Aires” Acrescentou o emissario que o Duque estaria “prompto a fazer os maiores esforços para decidir o dito Encarregado de Negocios a assignar hum tal armisticio” O diplomata brasileiro não hesitou em dizer a Lord Stuart que não duvidava sacrificar-se pelo bem da

sua Patria e a tomar sobre si a responsabilidade de assignar o referido armistício.

Avistando-se com o Duque de Wellington, a 30 de abril, levou-lhe Itabayana um projecto de convenção, afim de servir de base á discussão que deveria seguir-se. Relatando esse episodio, escreve elle: "Não encontrando no Duque aquella bôa vontade que esperava, e de que Lord Stuart me tinha esperançado, comecei desde logo a augurar mal do exito do referido negocio, e em huma conferencia que tive posteriormente com o mesmo Duque, vi confirmadas as mesmas suspeitas: porque tendo Sua Graça conferido com Lord Dudley sobre a materia em questão, e adquirido o conhecimento (que até então não tinha), dos ultimos officios de Lord Ponsonby, e Mr. Gordon, reconheceu que, pelo meu projecto de armistício, obtinha a Grã-Bretanha menos do que já lhe havia sido concedido nessa Côrte, nas bases offerecidas em 13 ou 16 de fevereiro deste anno (isto é, o abandono da Provincia Cisplatina, para haver de ser constituída em hum Estado Independente), renunciou expressamente ao intento da assignatura do sobredito armistício, nesta capital. Este incidente não foi de todo infructifero para nós, porque a Inglaterra, na negociação pendente entre o Brasil e Buenos Aires, não tem por objecto a pacificação dos

dois Estados Belligerantes, porém, sim, o de privar o Brasil da posse da referida Provincia, em ordem a firmar o seu predomínio no Rio da Prata. O intento he deshonesto, mas a força colora todas e quaesquer deshonestidades.” (Officio numero 263, de 7 de maio de 1828).<sup>(1)</sup>

---

(1) *Archivo do M. das R. Exteriores. Rio de Janeiro.*



§ 8.º — *Itabayana suggere a independencia da Banda Oriental*

Fracassados todos os planos de Itabayana, para resolver a pendencia, burlando a mediação, caracterizada “pelo espirito de parcialidade que os ministros de S. M. Britannica têm manifestado a favor dos inimigos de S. M. Imperial” lembra o visconde, no seu ultimo officio sobre a questão (Secreto n. 2, de 17 de julho de 1829), o seguinte alvitre: . ” sendo a independencia da Banda Oriental o objecto da guerra declarada por Buenos Aires a esse Imperio, e a condição “sine qua non” pretende a dita Republica fazer a paz como he expresso na nota de sir Roberto Gordon, em data de 21 de abril do corrente anno, sou de opinião que a maneira mais decorosa e rapida, pela qual o governo de S. M. I., poderá obter a paz que tanto deseja, será fazendo por hum Acto seu o mesmo que faria em virtude do Tratado, que se

concluísse com Buenos Aires: isto he, erigindo a Banda Oriental em hum Principado a favor de huma de Suas Filhas, dando-lhe huma Constituição e instituindo huma Regencia para reger o Principado, durante a menoridade da Princeza. Para isto bastaria que o nosso governo se entendesse da maneira a mais secreta com Lavalleja, e com as autoridades da Banda Oriental.

“Isto feito, não teria Buenos Aires motivo para continuar a guerra, e quando o seu furor chegasse ao excesso de continual-a, seria de curta duração, porque as tropas de Lavalleja se reuniriam ás Imperiaes e aquella Republica teria hum maior numero de inimigos a combater: o que poderia fazer por muito pouco tempo.

“Deste modo acabaria a parcial Mediação Ingleza; e ainda quando este Governo não gostasse deste desfecho, dissimularia o seu desgosto; porque o actual gabinete he mais realista do que o precedente, contudo convinha que se fixasse a linha divisoria dos Estados e á Lavalleja se offereça um titulo e hum logar na Regencia.”<sup>(1)</sup>

O derradeiro conselho de Itabayana era ainda uma illusão do seu patriotismo.

---

(1) *Archivo do Ministerio das R. Exteriores. Rio de Janeiro.*



§ 9.º — *Ponsonby confirma as razões de Itabayana*

O juizo de Itabayana, tantas vezes repetido em seus officios, sobre os moveis occultos da politica britannica, em relação ao litigio da Banda Oriental, encontraria plena confirmação em documentos insuspeitos de fonte ingleza. Nenhum depoimento remataria melhor este capitulo que o officio n. 6, dirigido ao Foreign Office por Lord Ponsonby, em 18 de janeiro de 1828. Depara-nos este papel de summa importancia todo o pensamento secreto de Ponsonby, o que vale affirmar, da chancellaria de Londres. Depois de se referir o plenipotenciario de S. M. B., em Buenos Aires, a um esboço de projecto para formar um systema de federação entre os Estados litoraneos do Prata e do Paraná, afim de assegurar a liberdade do commercio, desde a bocca do estuario até o Paraguay e a entrada do Bermejo, no Paraná, sob a garantia da Grã-Bretanha, pondera o Lord:

“Acreditam os brasileiros que uma vez senhores permanentes de toda a costa da America do Sul, desde o Amazonas ao Prata, e podendo estabelecer estações na costa africana, poderão prejudicar seriamente, senão controlar, ao sabor da vontade do Governo Imperial, o commercio da Inglaterra com a India, a China e toda a Asia Oriental e o Pacifico. Imaginam elles que poderiam fazer isso com marinha bastante reduzida, por meio de cruzadores, apostados para se apoderarem de todos os traficantes que se aventurassem a realizar a travessia sem comboio, demasiado dispendioso, para ser continuamente usado com proveito.

“A falta de habilidade e de valor, entre os brasileiros, não offerece motivos de susto, pelo que, isoladamente, tentassem elles fazer contra os direitos ou interesses britannicos, porém, não nos faltariam rivaes invejosos, ou inimigos bastantes para contribuir, se pudessem, para a diminuição do nosso poder.

“Se fosse permittido aos brasileiros incorporarem a Banda Oriental e o Rio da Prata ao seu Imperio, além de quanto possuem, poderiam, em qualquer tempo, dar facilidades á França, de tal natureza, para atacar, com vantagem, os interesses maritimos da Inglaterra. E’ sobejamente conhecida a

má vontade do actual imperador do Brasil para com a Inglaterra; libertou-o, sua abdição da corôa portugueza, segundo acredita elle, senão, realmente, de grande parte, talvez da maior parte da obrigação de cultivar a amizade da Grã-Bretanha, no interesse da segurança pessoal e de sua familia; os vinculos de relações commerciaes parecem bastantes frageis, sabendo-se perfeitamente que as vantagens do commercio podem assegurar-se a uma nação, embora em guerra com o seu melhor fornecedor; e sua magestade imperial é capaz de fazer crêr que a França poderá, com facilidade, reparar todas as perdas que resultariam de um desentendimento com a Inglaterra.

“Se o imperador buscasse o auxilio da França e pudesse entregar-lhe todos os portos da America do Sul, a França, sem duvida, lograria ameaçar de morte immensa porção do nosso commercio, por meio de uma guerra maritima de depredações, nessas zonas. Os portos principaes do Brasil seriam defendidos facilmente. O valor e a pericia franceza saberiam guardal-os, e a distancia da sua base de abastecimento, augmentaria muito as difficuldades de operações da Grã-Bretanha.” (1)

---

(1) *Record Officc. London. F. O.* (1828).

Eis ahi, em toda a sua clareza, as grandes e imperiosas razões que inspiraram a chancellaria de Londres, de 1826 a 1828, no litigio cisplatino. Itabayana percebera profundamente o jogo do gabinete britannico. A mediação de Ponsonby não era contra o Brasil nem contra Buenos Aires. Era a favor dos interesses politicos da Grã Bretanha. Ponsonby soube defender esses interesses, de modo habilissimo, vencendo a unica batalha definitiva de toda a guerra cisplatina. (2)

---

(2) *Afim de illustrar o asserto, de modo claro e definitivo, convém consultar a documentação colligida no vol. 2.º da obra, já citada, de Luis Alberto de Herrera: La Mision Ponsonby.*

BOLIVAR E A COLLIGAÇÃO  
DAS REPUBLICAS  
SUL-AMERICANAS CONTRA O  
IMPERIO DO BRASIL



## § 1.ª — *A luta pela posse da Banda Oriental*

Um dos episodios mais interessantes das longas e dolorosas lutas pela posse da Banda Oriental, episodio capaz de se converter num dos capitulos mais dramaticos da nossa historia, foi, sem duvida, o appello feito pelo governo das Provincias Unidas do Rio da Prata para que Bolivar interviesse naquella contenda, em favor das pretensões de Buenos Aires. (1)

Fracassada irremediavelmente a missão de Valentim Gomes na Côrte do Rio de Janeiro, mercê da solemne repulsa com que foi respondido o “Memorandum” apresentado pelo agente argentino, em 15 de setembro de 1823, ao Governo Imperial, desvaneciam-se as esperanças de que o Brasil devolvesse, por acto espontaneo, a Banda Oriental ás Provincias Unidas do Rio da Prata.

---

(1) Cf. *Ernesto Restelli: La Gestion Diplomatica del General Alvear en el Alto Perú. Buenos Aires. 1927.*

Em face dos argumentos com que Carvalho e Mello, então ministro dos Negocios Estrangeiros, rebatera os insolitos reclamos de Valentim Gomes, ficavam interrompidas, de modo definitivo, quaesquer negociações ultteriores, acerca do assumpto. A decisão do Governo Imperial era irrevogavel. Nada poderia contrapôr-se, com vantagem e justiça, ás manifestações positivas do Congresso de 1821, no qual os deputados orientaes votaram a incorporação do seu paiz ao Brasil, assim como ás deliberações subseqüentes dos habitantes do Estado Cisplatino, no tocante ao reconhecimento da nossa Independencia e á aclamação do imperador Pedro I. Accrescentava Carvalho e Mello, na sua Nota de 6 de fevereiro de 1824, "que, a não ser os constantes desejos de S. M. Imperial para mostrar ao governo de Buenos Aires o apreço que lhe merece, e não querendo em consequencia que uma maior dilação na exigida decisão fizesse duvidar delles. poderia demonstrar em resposta quão impraticavel era dar uma solução definitiva sobre o negocio da restituição de Montevidéo á Provincia de Buenos Aires pelos mesmos principios em que S. S. se funda para exigil-a; pois, fundando-se S. S. principalmente na vontade da Provincia de Montevidéo, que deseja e pede a sua separação do Imperio; e havendo pelo



contrario toda a presumpção juridica de que os Montevideanos não desejam semelhante separação, só ficaria em tal divergencia de opiniões, no caso de sincera duvida, e mesmo sendo certo o direito de reclamação por parte de Buenos Aires, o recurso de consultar-se publicamente a vontade geral do Estado Cisplatino; recurso, aliás, desnecessario e fallivel. Desnecessario, por haver-se já conhecido pelos meios possiveis, essa vontade geral, e ser mais plausivel que se dê credito ao Congresso dos Representantes de todo o Estado, que em 1821 resolveu sua incorporação ao Brasil e ás actas de todos os Cabildos da campanha que, subsequenteemente, aclamaram e reconheceram a sua majestade, e nomearam eleitores para eleger deputados que os representassem na Assembléa Geral Brasileira, que acreditar-se no simples e illegal Cabildo da unica cidade de Montevideo, que, no meio dos partidos que uma influencia estrangeira ali promove, requer a Buenos Aires uma incorporação que não é adoptada pelos outros Cabildos. Fallivel, porque, ainda quando se tivesse em pouca conta a expressão já annunciada da vontade geral dos Montevideanos a favor da sua incorporação a este Imperio, e se pretendesse consultal-os novamente para satisfazer as reclamações do governo de Buenos Aires, não podia

isto effectuar-se: 1.º, porque, estando a campanha guarnecida por tropas brasileiras indispensaveis á segurança e defesa de seus habitantes, e achando-se, por outro lado, a cidade de Montevidéo occupada militarmente por tropas portuguezas, contrarias áquellas, toda e qualquer declaração popular se reputaria mutuamente coacta e illegal por ambos os partidos; e se entraria de novo no circulo de que actualmente o sr. commissario deseja sair; 2.º, porque é constante que, se existe algum partido no Estado Cisplatino a favor de Buenos Aires, do que não é licito duvidar quando assim o affirma o sr. commissario, e quando até em paizes melhor organizados existem divergencias de opiniões politicas, tambem é constante que por causa da luta pendente entre as armas que occupam a provincia têm-se desenvolvido outros partidos differentes, fomentados pelos inimigos do Imperio e dos proprios Montevideanos, como é o daquelles que querem a união a Portugal e á Inglaterra, e o dos que aspiram á independencia absoluta do Estado Cisplatino; os quaes, comquanto pouco numerosos e disseminados na grande massa daquelles que desejam, e juraram manter sua incorporação ao Imperio, offerecem contudo, em semelhante fermentação, os maiores obsta-

culos para conseguir-se a expressão de uma vontade geral livremente enunciada” (2)

Os ultimos termos do articulado de Carvalho e Mello não deixavam, entretanto, logar a futuros entendimentos sobre a controversia: “Sem embargo, reconhecendo S. M. Imperial a importancia de uma resolução terminante em negocios desta natureza, desejando mostrar a todas as luzes quanto ~~p~~refere os principios de uma politica franca e verdadeira, e julgando, pelos ultimos esclarecimentos recebidos, que pode este governo responder com segurança e desde já, por si, em semelhante materia, ordenou ao abaixo assignado fizesse saber ao dito commissario: Que, ainda quando se consultasse novamente a vontade geral da Provincia Cisplatina, por algum meio que S. S. quizesse propôr, ainda quando essa vontade se expressasse, o que não é crível, pela incorporação, seja a Buenos Aires, seja a Portugal, seja a outra qualquer Potencia, não poderia o governo Imperial deixar de reputal-a um ataque feito não só aos verdadeiros interesses do Estado Cisplatino, mas tambem aos direitos adquiridos com tantos sacrificios pelo Brasil ao referido Estado, pois que uma convenção solemne,

---

(2) *Archivo do M. das R. Exteriores. Rio de Janeiro.*

celebrada entre o dito Estado e o Imperio do Brasil, a quem foi e é muito onerosa, não póde dissolver-se sómente pelo arrependimento de uma das Partes Contractantes, mas sim pela de ambas; e portanto, se veria obrigado a defendel-os." (3)

---

(3) *Archivo do M. das R. Exteriores. Rio de Janeiro.*

§ 2.º — *A attitude do governo de Buenos Aires — O appello a Bolivar e a colligação contra o Brasil*

Vendo mallogrados os seus propositos praticos de conquistar uma posição formidavel no estuario do Prata, de firmar uma situação estrategica privilegiada e fomentar a sua riqueza, pelo predominio de grandes mercados, Buenos Aires não desanimou, comtudo, da empresa a que se aventurara. Resistindo aos seus desejos imperialistas, ao seu tenaz empenho de absorver o Estado Cisplatino, o poderoso vizinho do norte era accusado, agora, de perturbador da paz americana, de continuador solerte da politica européa, de elemento avesso ás idéas liberaes, que prepararam o advento das democracias no mundo novo.

Fazia-se mister, portanto, inaugurar uma politica internacional de instigação contra o Brasil, oppressor de povos castelhanos, pa-

drão de tyrannia vergonhosa, merecedor de combate permanente, da parte de todas as Republicas do continente. Inspirado em taes preconceitos, apresentou o governo de Buenos Aires ao Congresso Geral Constituinte, quando findava o anno de 1824, uma mensagem contendo topicos deste quilate: “El gobierno de la Provincia de Buenos Aires ha tentado los medios de la razón con la Côte del Janeiro, y aunque sus esfuerzos han sido ineficaces, no desespera todavia. Quizás el consejo de amigos poderosos no tardará en hacerse escuchar y alejará de las costas de América la funesta necesidad de la guerra.’

O governo de Buenos Aires mascarava, porém, os seus verdadeiros designios. O sonho de annexar a Banda Oriental impellia-o, justamente, a provocar a “funesta necessidade da guerra”. Aquelle *conselho de amigos poderosos*, a que se refere a mensagem de 1824, era apenas uma formula polida e habil com que se disfarçava um rebate bellicoso contra o Imperio, entre os Estados sul-americanos.

Do mesmo passo que, em Buenos Aires, assim se falava officialmente, outras vozes irritadas começavam a murmurar palavras mais decisivas. Foi por isso que, alguns mezes mais tarde, em 9 de maio de 1825, resolvia o Congresso Geral Constituinte das Pro-

vincias Unidas do Rio da Prata enviar ás Provincias do Alto Perú uma embaixada para felicitar o general Bolivar pela victoria de Ayacucho e, ao mesmo tempo, rogar o seu auxilio concreto, na questão da Banda Oriental.

Transcrevemos, adiante, o texto das instrucções confiadas, por Las Heras e Manuel J. Garcia, aos agentes argentinos Carlos Alvear e José Diaz Vélez, encarregados de tratar do assumpto com o Libertador, na Colombia. Depois de incumbir o sr. Alvear dos cumprimentos do governo das Provincias Unidas, pelos successos de Ayacucho, escrevem Las Heras e Garcia, no citado papel:

“Concluido esse acto, o sr. plenipotenciario pedirá a S. E. o Libertador, as conferencias que lhe fôr possivel obter, afim de se desobrigar dos seguintes encargos: Em primeiro lugar, empregará o sr. plenipotenciario toda a sua habilidade para inspirar a S. E. plena confiança nos sentimentos e intenções deste governo, relativamente aos povos presididos por S. E., como, igualmente, para o persuadir do empenho que tem de estreitar suas relações com os Estados do Continente, principalmente com os de Colombia, Perú e Chile.

“Em segundo lugar, se esforçará por demonstrar a S. E. quanto é perigosa, para a

independencia e liberdade da America, a politica adoptada pela Côrte do Brasil, aggravada ainda mais, após a dissolução da Assembléa do Imperio; como, por igual, a aversão com que o Imperador olha as novas Republicas, e sua decidida opposição a tudo quanto possa consolidal-as. Para prova disso e dos principios que regem aquella Côrte, informará o sr. plenipotenciario, pormenorizadamente, sobre a conducta insidiosa com que pretende usurpar a Provincia Oriental e sobre os passos que tem dado o governo de Buenos Aires para a recuperár, como tambem do estado em que se acha esse negocio. Que, portanto, será de grande importancia estreitar as relações das quatro Republicas de Colombia, Perú, Chile e Provincias Unidas do Rio da Prata, para operar de accordo, afim de convencer o Imperador do Brasil e obrigar-o a volver aos seus limites. Que uma intimação, feita em nome das ditas Republicas, com o objectivo de deixar a Provincia de Montevidéo em liberdade para dispôr da sua sorte, affirmando, em caso contrario, usar de todos os meios para libertal-a, faria grande effeito, e muito maior ainda, se fosse acompanhada de um tratado definitivo entre as ditas Republicas e o Brasil, garantido, se assim se julgasse conveniente, pela Grã-Bretanha. Achando-se essa potencia empenha-



da, actualmente, em terminar as pendencias entre Portugal e o Brasil, na base do reconhecimento da independencia deste, e não menos empenhada, por motivos obvios, em evitar, de qualquer modo, uma guerra entre os Estados da America, este governo tem razões para estar persuadido de que aproveitaria efficazmente essa occasião para convencer o Imperador do Brasil da justiça e conveniencia de resolver amigavelmente a questão da Banda Oriental e de estabelecer definitivamente os limites do Imperio com as Republicas vizinhas, de maneira a afastar, no futuro, todo pretexto de guerras e discussões. Que uma resolução de tal natureza poderia ser mais segura e de bom exito, aproveitando-se a oportunidade da chegada, á Côrte do Rio de Janeiro, do ministro plenipotenciario da Grã-Bretanha, afim de ajustar os litigios existentes com Portugal e preparar o reconhecimento do Imperador do Brasil.

“Convindo o general Bolivar nesta idéa, ficará a cargo do Estado do Rio da Prata nomear o ministro que, em nome das Republicas alliadas, vá á Côrte do Rio de Janeiro conseguir os objectivos já indicados, ficando autorizado o sr. Alvear a aceitar qualquer outra fórma que, a esse respeito, julgue mais propria S. E. o presidente. *Se, por desgraça, não lograsse essa medida o resultado que*

*é de esperar, se trataria, então, de ajustar, por um contracto especial, o modo por que concorreria cada uma das Republicas alliadas para obter, pela força, a desocupação da Banda Oriental.*

“O sr. Alvear se esforçará por demonstrar a S. E. que as razões que levam o governo de Buenos Aires a adoptar o mencionado plano são: Primeiro, evitar uma guerra que necessariamente deve ser ruinosa para este paiz e, ao mesmo tempo, de grande transcendencia para os demais Estados Americanos, no momento em que se iniciam as reformas de sua administração. Segundo, quão importante é que cada Estado se esforce, na medida de sua capacidade, para sustentar por si mesmo aquillo que reclama sua segurança e honra. Emfim que, em qualquer caso, o que convém é que cada Estado não faça sacrificios capazes de prejudicar enormemente os seus interesses, senão na hypothese em que uma certeza irresistivel esteja mostrando que o interesse de todas as Republicas alliadas exige um procedimento uniforme e decisivo.”<sup>(1)</sup>

Recebendo essas instrucções, deu-se pressa o plenipotenciario argentino em perguntar ao seu governo, no caso “más que probable”

---

(1) *Ernesto Restelli, Obra citada.*

do Libertador aceitar o pacto, como deveria fixar as clausulas do tratado de alliança contra o Brasil. Em resposta, communicou-lhe Manuel J. Garcia que “a intimação póde ser mais ou menos decisiva e determinar mais ou menos immediatamente um rompimento com o imperador do Brasil, ou então fixar um espaço de tempo necessario para preparar todos os elementos de guerra ou para amadurecer negociações de resultados seguros. Não seria prudente, pois, comprometter-se com precipitação e entrar, desde logo, na celebração de um tratado que, por outro lado, não poderia executar-se com a rapidez desejavel, em virtude da situação mesma das Republicas alliadas. *Dess’arte, os senhores ministros plenipotenciarios sómente deveriam annunciar que, no caso de se firmar um tratado especial para regular o concurso de cada uma das Republicas, a das Provincias Unidas cooperaria: Primeiro, com um corpo de quatro mil homens, no minimo, sobre a Banda Oriental; segundo, que o Perú operaria com igual força; terceiro, que, operando a Colombia e o Perú com forças navaes, as Provincias do Rio da Prata dariam uma contribuição em dinheiro; quarto, que tambem poderiam offerecer algum subsidio ás forças terrestres das Republicas alliadas.*” (2)

---

(2) Ernesto Restelli. *Idem.*



### § 3.º — *O Gabinete Brasileiro e a ameaça da Colligação*

A arma de que se servia Buenos Aires constituía, não ha negar, ameaça muito ponderavel, capaz de produzir sensação nos responsáveis pelos destinos do Brasil. Ignorando-se, aqui, as verdadeiras disposições de Bolívar, era natural que os boatos postos em circulação pelos agentes de Buenos Aires tomassem, de subito, vulto bastante consideravel para impressionar o gabinete de São Christovão.

Carlos Stuart, então no Rio de Janeiro, relata, em carta escripta a Jorge Canning, ministro dos Negocios Estrangeiros da Grã-Bretanha, a 28 de setembro de 1825, os receios manifestados pelo Ministério brasileiro, em face da pretendida conjuração. Refere Stuart que “a noticia de que o general Bolívar offerçera ao governo de Buenos Aires

o auxilio das forças que acreditasse sufficientes, para recobrar seu territorio na Banda Oriental, conjuntamente com a irrupção, na fronteira occidental do Brasil, de um corpo de tropas ao mando do general Sucre, na direcção de Santa Cruz de la Sierra e Matto Grosso, alarmou tanto o gabinete brasileiro, que os ministros trataram, muitas vezes, de chamar a minha attenção para esse assumpto.” (1)

Como se depreheende facilmente desse documento, não cessavam os manejos platinos contra o Imperio. Já, agora, nos Estados Unidos e na Europa, com especialidade na Côte de Londres, corriam versões inquietadoras sobre o proximo ataque de Bolivar e das Republicas alliadas contra as fronteiras do Brasil.

Eis ahi porque, logo ao chegar á Côte do Rio de Janeiro, escrevia ao visconde de Inhambupe, ministro dos Negocios Estrangeiros do Imperio, lord Ponsonby, mediador britannico, em carta de 4 de junho de 1827: “Mas não dizendo mais nada de Buenos Aires, peço a V. Ex. que lance seus olhos para a Bolivia, e para o mesmo Bolivar Póde V. Ex. negar qual é o seu interesse neste caso? V. Ex. sabe que o governo de Buenos Aires

---

(1) *Record Office, London, F. O.* (1825)

lhe mandou uma deputação, para pedir o seu auxilio na luta, e não sabe V. Ex. que elle accederá á sua requisição? Elle limpou todas as Provincias Superiores de Tropas Hespanholas — tem um exercito victorioso para empregar, é o chefe real e, de alguma sorte, a alma das Republicas da America, e tem já altamente declarado a sua opinião sobre a questão dos direitos dos belligerantes, sendo aquella opinião directamente hostile aos direitos reclamados pelo Imperador. Que ha para cohibil-o, pessoalmente?

“Não tenho duvida sobre a excellencia das Tropas Brasileiras, sobre a sua fidelidade ao Imperador, sobre a sabedoria civil, ou pericia militar de S. M. Imperial; mas não posso ser cego ao numero, valor, pericia e experiencia daquellas Tropas que Bolivar pode capitanear contra Elle; nem aos talentos que aquelle chefe tem tantas vezes mostrado, e que até agora o habilitaram a triumphar em toda a luta e difficuldade. Nem posso deixar de ver que, neste caso particular, Bolivar tem uma immensa vantagem; que elle tem por si o zelo activo e a cooperação certa de todos os espiritos turbulentos, que provaram o seu vigor por meio da subversão dos governos existentes, e que são os niveladores dos outros, para que possam elevar-se a si mesmos, assim como de todos

os que, mais honestamente, porém, mais cegamente, procuram a satisfação dos seus desejos no estabelecimento de uma forma republicana de Governo.

“E, porventura, também não existem taes individuos dentro dos limites do Imperio do Brasil? E Bolivar os chamará, em vão, em seu soccorro? E’ impossivel que uma ou mais Provincias de S. M. Imperial apresentem symptomas de opinião politica, que possa forçar S. M. Imperial a mandar tropas para manter, ali, a ordem? E não pode dar-se o caso de que, mesmo se ellas executarem fielmente a sua obrigação, deixem S. M. Imperial exposto aos males resultantes de uma força militar diminuida, em logar e tempo, aonde e quando seja ella mais precisa?” (2)

Em que pése ás informações de Stuart e Canning, o Governo Imperial soube manter-se firme, em tão graves circumstancias. O perigo imminente não abalou o animo dos que conduziam as negociações. E se ellas chegaram a bom termo foi, principalmente, pela resistencia opposta ás ambições absorventes das provincias do Rio da Prata.

---

(2) *Archivo do M. das R. Exteriores. Rio de Janeiro.*



#### § 4.<sup>c</sup> — *A recusa de Bolivar*

Bolivar que, sobre grande guerreiro, sempre se revelou estadista de genio, não quiz entrar nas combinações de Buenos Aires, máo grado os insistentes appellos dirigidos por Alvear. De varios modos se tem pretendido explicar a attitude esquivada do Libertador.

Ha quem affirme que as lutas gravissimas, esboçadas então na politica interna da Colombia, concorreram para a sua prudente reserva, em face das aberturas platinas. Adeantam outros que, após as jornadas de Ayacucho, o Libertador estava farto de campanhas militares e desejoso de cumprir os seus designios pan-americanistas.

Lendo-se as actas secretas das conferencias realizadas, em Potosi, entre o Libertador e os plenipotenciarios argentinos, de outubro a dezembro de 1825, verifica-se claramente

que Bolívar evitou sempre, com habilidade manifesta, as manobras envoltentes de Alvear. Suas promessas de amedrontar o governo imperial com “una que otra bravata militar”, seus impulsos de “derribar el unico throno levantado en América, y remontar de regreso la corriente del Amazonas en su marcha triunfal al través del continente”, seus propositos de “causar una grande alarma en el Janeiro”, eram puras palavras sem consequencia logica. O homem que declarara, naquelle famoso banquete de Arequipa, ante o gaúcho Alvarado, trepando sobre a mesa, de um salto, e espatifando garrafas e victualhas: *Asi pisotearé la República Argentina*; o homem que soffria no seu pundonor as offensas quotidianas do *El Argos*, órgão officioso de Buenos Aires, não aceitaría qualquer conchavo para defender os portenhos. Como refere Mitre, no capitulo “Politica boliviano-argentina” da sua *Historia de San Martin*, durante o curso das negociações, de Potosi, “las dos politicas estaban frente a frente: la platina y la boliviana” (1) O choque dos dois imperialismos annullou as ambições das Provincias Unidas do Rio da Prata. Bolívar percebeu, naturalmente, que, se acaso favorecesse os planos expansionistas de Las Heras e

---

(1) *Mitre. Hist. de San Martin. Vol. 1.*

Alvear, Buenos Aires mandaria na America espanhola, impedindo o advento daquelle regimen, que Gervinus denominou “a monocracia bolivariana”

De qualquer modo, é certo que a sua attitude fortaleceu nossa posição na America e, mais do que isso, contribuiu para a salvaguarda do nosso patrimonio. Se Bolivar capitaneasse, com o ardor da sua alma de caudilho fidalgo, uma conjuração sul-americana contra o nascente Imperio, teria, possivelmente, derrubado, com o throno, a propria unidade brasileira. Dos fócios de demagogia republicana, accesos em algumas provincias do norte e do sul, irradiariam por todo o territorio do Imperio os despregados ventos do separatismo latente. Ao revés de apertar os vinculos entre os seus differentes nucleos provinciaes o Brasil se dividiria, talvez, em blócos antagonicos. Essa divisão seria perigosa á paz continental, porque lançaria no redemoinho dos pronunciamentos e das revoltas espanholas as multiplas e successivas labaredas de outras fogueiras luso-americanas.

Quem sabe se Bolivar não comprehendeu, não sentiu profundamente essa ameaça? Porque, em verdade, se a obra de estabilidade, traduzida na disciplina imperial brasileira, não reinasse nos primeiros momentos

da independencia politica das novas soberanias da America latina, as nossas jovens democracias talvez fossem absorvidas pela tutela dos paizes europeus. A Santa Alliança, por exemplo, saberia retirar o devido partido das nossas contendas, e, a pretexto de pacificar os povos, poderia ensaiar um systema de recolonização, que nos transformaria em feudos do velho mundo.

A Colligação sul-americana contra o Brasil seria, assim, uma colligação contra a mesma liberdade do continente. Esse alto serviço prestou Bolivar á latinidade no mundo. Respeitando a integridade do Imperio, Bolivar soube ver que, na solidez das suas instituições, estariam os alicerces de todas as Republicas da America Latina. <sup>(2)</sup>

---

(2) Cf. Demerval Lessa: *Bolivar e o Brasil*, in *Jornal do Commercio*, 1929.

Arceu Guimarães, *Bolivar e o Brasil*, Paris, 1930.

A BATALHA DO PASSO DO  
ROSARIO



E' ponto incontroverso, na historia de Portugal, terem os dirigentes do Reino manifestado frequentes vezes a vontade de assentar, na America do Sul, os alicerces de um vasto imperio, onde, sob a protecção da Corôa bragantina, viesse reflorir, livre e desembaraçada de quaesquer empeços, a velha raça lusitana. Os manejos de Espanha, as intrigas dos seus estadistas para se apoderarem de toda a peninsula, ora pelo apparatus das armas, ora por via de promessas e concessões vantajosas, punham sempre de sobreaviso os politicos portuguezes. Refere o profundo historiador da politica do Prata, sr. Alfredo Varela, em sua documentadissima obra — *Duas Grandes Intrigas* — que, ao tempo da usurpação castelhana, e, na previsão do seu duradouro successo, já alvittrara D. Luiz da Cunha a idéa de transferir o governo portuguez para o Brasil, onde, “em vez de ser o rei dos aguadeiros de Lisboa”, poderia o monarcha fidelissimo “grangear o throno de um paiz magnifico”, resguardado das ameaças e tropeliãs dos exercitos de Felipe.

Sabe-se que a D. João IV offereceu a Espanha, em troca da faixa peninsular, a posse e o dominio da America lusitana, ao que oppoz o Rei formal recusa. Mas, sem embargo de taes declarações ostensivas, declinara tanto o prestigio de Portugal e era tão pouco de amedrontar o peso das suas forças, cada vez mais enfraquecidas desde o seculo XVII, que o proprio D. João IV, consoante os testemunhos que nos depara a mencionada obra do sr. Varela, lançára "as augustas vistas para o Brasil, afim de prevenir á sua familia uma retirada segura no caso em que algum successo adverso, que então muito se temia, necessitasse deste ultimo remedio"

Seguindo Portugal na alheta de Inglaterra, não é de admirar se visse, por mal de seu grado, e em respeito á fé jurada nos tratados, envolvido nas contendias accesas por sua poderosa alliada, e posto como joguete entre França e Castella. Desguarnecido de homens destros nos mistéres guerreiros, embora audazes e de boa tempera, corroido pelos vicios de uma sociedade que em tudo imitava os destemperos da casa reinante, malbaratando em folguedos e funçanatas, em joias e repastos succulentos o melhor das faculdades, drenando para os mesmos fins lascivos não só os haveres, mas o character, nem o pulso vóluntarioso e firme de Pombal conseguiu re-



frear-lhe o impeto da quéda em que se despenhava. Morto o grande Marquez, sentiu Portugal aggravarem-se os symptomas da molestia que, da mais luzida fidalguia ao mais desprezível populacho, ia quebrando a resistencia e o animo do povo. Foi rapido o minuto da realza de Pombal. Aquella energia de que deu provas, aquella inabalável confiança que depositou em si mesmo, aquella rude varonilidade com que enfrentava e resolvia os mais arduos problemas, não eram coisa vulgar em seu tempo. O ouro das Minas Geraes, a prata e a pedraria das Indias, attestando as arcas da metropole, contribuíram para amollecere a fibra dos herdeiros dos Affonso Henrique e dos Gama.

Do sensualismo felino de D. João V ao materialismo grosseiro de D. João VI, houve apenas a marcha progressiva de uma tara, accrescida certamente de outras enfermidades congenitas e peores desordens de educação. Ora, pois, quando, ao raiar do XIX seculo, Portugal deu accordo de si, troavam na peninsula os canhões de Bonaparte, e aquillo que perderam lustros consecutivos de indisciplina, desvario e incontinencia não recuperaria, por sem duvida, um surto de improvisação patriótica. Ia realizar-se, dessarte, e ainda por mercê das armas, a previsão de D. Luiz da Cunha. A casa de Bragança dei-

xava o continente europeu em demanda da America.

Não arrefecera de todo, no espirito dos portuguezes, a ambição de alargar as conquistas já feitas no novo mundo. Concorria para isso não só o desejo de augmentar a immensa área dos territorios ganhos ao selvicola, mas, tambem, o tradicional sentimento de rivalidade que sempre animou os lusos contra seus vizinhos. A historia dessas lutas continuas que, travadas na península, vinham repercutir nas remotas regiões sul-americanas, é um dos capitulos mais curiosos da nossa formação. Em livro substancioso, onde estuda as causas da campanha da Cisplatina, mostra o illustre general Tasso Fragoso, com abundancia de testemunhos e copiosa critica, ter sido o elemento militar factor preponderante na genese da nacionalidade brasileira. Emquanto, nas mesas das conferencias internacionaes, discutiam os embaixadores e assignavam os representantes das Corôas de Portugal e Castella accôrdos e convenções de feitura especiosa, decidiam-se aqui os negocios das respectivas colonias pela destreza dos braços e pela iniciativa dos capitães destemerosos. Determinando o impulso das bandeiras profundas penetrações no continente, quanto fixava a letra morta dos convenios, iamos desfazendo, pouco e pouco, impellidos

pelas necessidades oriundas das proprias condições da nossa existencia. As raias do nosso paiz não foram traçadas pelos diplomatas, se não pelos bandeirantes, pelos mineradores, agricultores e batedores de indios. O que aquelles fizeram foi homologar, com habilidade, o que estes conquistaram sem medir sacrificios.

Quando a comitiva de D. João para aqui se transportou, se noutras regiões da colonia estavam serenadas as questões lindeiras, continuava a Banda Oriental a ser a mesma fonte de intrigas e dissensões entre os povos do Brasil e das Provincias do Prata. Os colonizadores portuguezes sempre tiveram em mira levar até á foz do Prata os confins das terras por elles descobertas na costa do Atlantico.<sup>(1)</sup>

Nas doações de Capitánias já se fala na “bocca do rio da Prata”, como linha divisoria extrema do Brasil. O primeiro passo para firmar os direitos de soberania sobre o territorio oriental, foi a fundação da Colonia do Sacramento, por Manoel Lobo, em 1680. Dahi até ao mallogrado combate do Passo do Rosario, tornou-se o Uruguay o pomo de discordia perene. Diversas vezes entraram em accôrdo as côrtes da peninsula iberica, propondo e assignando varios tratados, desde o

---

(1) Cf. *Capistrano de Abreu: Sobre a Colonia do Sacramento*. Rio de Janeiro, 1900.

de 7 de maio de 1681 ao de 1.º de outubro de 1777, com o intuito de dirimirem definitivamente a pendencia. Mas, como observa sagazmente o general Tasso Fragoso, espelhando as nossas contendas as desavenças da Europa, foram inuteis todas aquellas tentativas de conciliação, pois, o que se concluia hoje, amanhã se rompia, ao sabor dos revezes ou dos successos felizes nos campos de batalha ou nos bastidores diplomaticos do velho continente.

Emquanto isso acontecia, sustentavamos, com as armas nas mãos, porfiosos recontros, defendendo-nos de investidas dos governadores de Buenos Aires, a exemplo das arriadas de Pedro de Ceballos sobre o Rio Grande, em 1763, e de Juan José Salcedo de Vertiz, em 1773, sobre o rio Pardo. Ao revés dos planos lusos de penetração no sul, alimentavam os espanhóes da Argentina a esperança de desbaratar os portuguezes nas coxilhas rio-grandenses, atirando-os para o norte, e cerceando-lhes assim as possibilidades de attingirem elles o estuário do Prata. Contribuiu muito essa perigosa ameaça para que se povoassem os campos do sul e se levantassem fortins e villas onde fosse possível aguardar o inimigo vantajosamente. Traça o general Tasso Fragoso magnifico estudo das tentativas, feitas por ambos os contendo-

res, no sentido de se apossarem da Banda Oriental. Ressalta claramente, da sua critica minuciosa e imparcial, a impotencia de brasileiros e argentinos para se firmarem no Uruguay, subjugado muitas vezes pela força, e sempre resistente ao dominio do invasor, alliando-se ora a uns e ora a outros, mas com o proposito manifesto de se libertar, afinal, quer das insinuações do Rio de Janeiro, quer das promessas de Buenos Aires.

Depois do incalculavel dislate que praticaram os dirigentes do Rio, fundando a Colonia do Sacramento e consentindo, ao mesmo tempo, que os espanhóes se estabelecessem em Montevideo, não era de espantar perdessemos irremediavelmente a Banda Oriental. Tudo conspirava contra os desígnios da côrte bragantina, em relação ao Prata. Os governos que ali se improvisaram seriam fatalmente ephemeros, porquanto, apartados como estavam da capital da colonia, sem maiores recursos, desprovidos de soldados e material necessario á manutenção do seu poderio, rodeados de inimigos teimosos, não lhes era facil conservar intacto o prestigio da autoridade. Eis por que, máo grado as nossas intervenções nos negocios do Estado Oriental, as tropas que para lá enviamos, e todo o dinheiro gasto no custeio de varias occupações inconsistentes, nunca

obtivemos um real triumpho. A batalha do Passo do Rosario, ou de Itusaingo, como lhe preferem chamar os argentinos,<sup>(2)</sup> foi apenas o ponto final de uma série de medidas infelizes, de mallogrados enredos, de ambições mal sustentadas, já pelos nossos homens, já pelos de Buenos Aires. Barbacena e Alvear, nas suas marchas e contramarchas, nos seus avanços e recuos, nas suas dubias attitudes, encarnavam perfeitamente as indecisões da politica internacional do Brasil e da Argentina. Defendia aquelle os interesses de um principe afouto e imprudente, a cujas mãos soffregas viera ter o espinhoso legado das machinações de D. Rodrigo de Souza Coutinho e D. Carlota Joaquina; representava este as tramas subtis de um caudilhismo ambicioso e audaz.

Quer de um quer de outro lado, não estava em jogo uma causa justa. Não foi o povo brasileiro que se levantou para arrebatrar a autonomia do Uruguay, pois, se em verdade dependesse dahi a salvação e garantia da patria, poderíamos varrer facilmente

---

(2) O verdadeiro nome, como refere Adolfo Saldias, na sua obra "*Historia de la Confederación Argentina*" tomo 1.º, pg. 251, in fine, é Cutizaingó. "*Por corruptala se ha llamado de Itusaingó a la batalla que tuvo lugar al frente del Passo del Rosario y margenes del arroyo Cutizaingó*"

da margem esquerda do Prata todos os contingentes argentinos ou orientaes que se encontrassem porventura em nosso caminho. Eramos superiores em tudo aos nossos inimigos de então. Em riqueza, em abundancia de homens e munições, em preparo technico e militar Desfrutavamos a consideração das potencias estrangeiras e mantinhamos indisputavel hegemonia na America latina. Sustentavamos, porém, uma guerra antipathica, em que não estava empenhado o renome da nação, e contra a qual se erguiam vozes autorizadas no proprio parlamento do paiz. Vêm em apoio desta insophismavel these, as declamações do deputado Silva Maia, em 1826, quando, referindo-se á fala do throno, assim se exprimiu: “Se tomarmos o rio da Prata ao sul por ser uma divisa natural e bem visivel, então, pela mesma razão, devcriamos tomar por divisa, ao norte, o Amazonas, o que seria em grande prejuizo das possessões que temos para lá desse rio. Mas assim como não devemos perder o que de certo nos pertence, não devemos querer o que pertence aos vizinhos, estendendo-nos até ao Prata. Não faltemos ás regras e principios da justiça” Assim, muito embora militassem em nosso favor certos pretextos de ordem geographica e historica, eram despreciendos todos os precedentes que intentasse-

mos invocar, em vista dos erros seculares cometidos pelos reinões e da sua incapacidade manifesta nos negocios do Prata.

Lança mão desse ponderoso argumento o autor eminente da "Batalha do Passo do Rosario" para demonstrar, á sociedade, que, não havendo um ideal superior que dirigisse os officiaes e soldados brasileiros, não puderam estes pelejar com amor, posto lhes não minguisse o intemerato character revelado no correr da pugna. "A causa principal do nosso revez, escreve o general Tasso Fragoso, foram os factores moraes" Viram frustrados, por igual, os nossos adversarios, os planos com que procuravam assegurar a posse do Vice-Reinado do Prata. Depois que se retirou do Passo do Rosario o exercito de Barbacena, as tropas de Alvear, ou por desidia, ou por impossibilidade material, não puderam transformar em victoria decisiva o inopinado successo de Itusaingo. Perderam contacto com o grosso das nossas armas, limitando-se a frouxos assaltos diversivos, carecentes de importancia, e demonstrativos da má fé ou ignorancia daquelles que, á semelhança de Baldrich, encarecem demasiado a estrategia do commandante em chefe dos corpos argentinos. O que ficou á prova, ao contrario disso, foi que, em toda a campanha da Cisplatina, não houve uma só inspiração ge-



nial, mas exclusivamente a canhestra applicação de expedientes e recursos suggeridos pelo momento ou pelas condições da luta.

Não foi em vão, comtudo, que perdemos nessa guerra porfiada oito mil dos nossos compatriotas e quarenta e oito mil contos de réis. Nasceu da Convenção de 27 de agosto de 1828 um paiz soberano, ao qual prestaríamos ainda, varias vezes, o concurso desinteressado das nossas forças, em defesa da sua integridade. Moralmente, ao menos, estavamos victoriosos, pois obrigamos a Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata a se desfazer dos territorios urugayos, então sob a sua tutela. A obra do general Tasso Fragoso, cujos passos de maior relevo capitúlo neste breve ensaio, não vale sómente como testemunho de pura doutrina militar, se não que se recommenda mui particularmente por uma profunda intuição da historia, da formação sociologica e do desenvolvimento politico do nosso paiz. Oxalá procurassemos sempre clarear, desvendar e analysar assim, com essa mesma agudeza e lealdade, os nossos desastres e desatinos. Não lhes dôam as mãos a quantos, imitando áquelle distincto militar, castigarem os nossos erros e apontarem, ajudados da serena razão, os verdadeiros caminhos que nos cumpre trilhar. Esses mostrarão que a historia não é mera collecta-

nea de factos, simples materia que a nossa imaginação vae colorindo e animando, mas uma disciplina de vida, um manancial sempre renovado de experiencia e observação.

A DIPLOMACIA SECRETA DE  
MONTEVIDÉO E OS  
PRODROMOS DA GUERRA  
DO PARAGUAY



§ 1.º — *O Imperio e o Paraguay*

No processo que certos polemistas apaixonados movem contra a diplomacia imperial, acoimando-a de provocadora consciente do maior conflicto sul-americano, ha certas peças de relevo extraordinario que, por systema, não têm entrado no libello dos nossos accusadores. E' lastimavel, entretanto, que os proprios historiadores brasileiros, empenhados em restabelecer honestamente a phisionomia dos successos de 1865, desconhecam varios documentos que, por sua substancia, fazem fé e falam muito alto em favor do nosso paiz.

Ninguém poderá determinar, com segurança, as causas da guerra contra Solano Lopez, sem compulsar attentamente a correspondencia reservada e confidencial dos agentes de Montevidéo, em Assumpção, desde 1863, quando a legação oriental esteve a cargo de Lapido, até 1864, quando a chefiou o sr. José

Vasquez Sagastume. As notas trocadas entre aquelles plenipotenciarios do governo "blanco" e o sr. Berges, ministro das Relações Exteriores do Paraguay, assim como as cartas particulares escriptas por esses comparsas do drama de 1865, são porventura a melhor fonte para o estudo imparcial dessa época.

Emquanto o conselheiro Saraiva, cumprindo com a maior elegancia as instrucções do governo imperial, proseguia nas suas longas e tormentosas negociações com Aguirre e Herrera, expondo as reclamações justissimas do Brasil, contra os vexames soffridos no Uruguay pelos subditos do Imperio, José Vasquez Sagastume intrigava em Assumpção, preparando calculadamente o terreno para a guerra. Emquanto Saraiva, como affirmou da tribuna da Camara uruguaya o deputado Julio Maria Sosa, no seu famoso discurso de abril de 1907, "alimentaba el propósito firme y decidido de contribuir a pacificar el Estado Oriental, el Gobierno de Montevideo estaba en negociaciones con el "Supremo" del Paraguay, por intermedio del doctor Vásquez Sagastume. Bien conocidas son, por todos los que se han preocupado un poco de escrutar los secretos de la historia, esas negociaciones que no arrojan, señor presidente, ningun prestigio sobre el gobierno de Montevideo... El Gobierno de Montevideo á toda

costa deseaba que López interviniera en nuestros sucesos para pacificar el país y llevar también con el general Urquiza — cuya influencia subversiva aun persistia en el Paraná — una guerra inconsulta, señor presidente, á las naciones vecinas”

Escolhemos, entre a volumosa correspondencia secreta de Sagastume, um papel de subida importancia, que vem lançar sobre os prodromos da guerra do Paraguay uma luz nova e esclarecedora. Esse papel é o Memorandum confidencial que o plenipotenciario uruguayo dirigiu, em 28 de outubro de 1864, ao ministro das Relações Exteriores do Paraguay. <sup>(1)</sup>

O Memorandum de Vázquez Sagastume é um arrazoado completo contra os que pretendem inculpar-nos levemente, contra os que apontam o Brasil como potencia imperialista, ciumenta do progresso e desenvolvimento do Paraguay. Precedendo de quinze dias o apresamento do “Marquez de Olinda”, depara-nos elle manancial excellente para pesquisar as origens da invasão de Matto-Grosso e do assalto inopinado ao territorio argentino.

Lendo-se as considerações de Sagastume, conclue-se ter sido elle o homem provi-

---

(1) *Archivo do M. das R. Exteriores. Rio de Janeiro.*

dencial, indicado para repôr a verdade histórica em seu justo lugar. Instigando o governo paraguayo contra o Brasil, Sagastume traça, com muita penetração e ponderadas razões psychologicas, o quadro politico e social do Imperio. Não se furta, para tanto, a pormenores mesmo insignificantes. Desce aos mais infimos segredos da nossa machina administrativa. Mostra que não ha solidez nas instituições imperiaes; que são frouxos os vinculos entre varias provincias; que, no proprio Parlamento do Rio de Janeiro, ha vozes descontentes, capazes de entrar e contrariar as providencias do gabinete de S. Christovão; que o Brasil não tem exercito; que, deante das forças numerosas e adextra-das do Paraguay, exhibe o Imperio um contingente ridiculo de 8.000 homens, obrigados, assim mesmo, a dividir-se por differentes regiões, ameaçados por agitadores e descontentes; que o Brasil está despercebido e não se acha preparado para resistir a uma invasão subita; que o Paraguay "está no seu direito de invadir o Brasil em silencio"; que não deve declarar-lhe guerra, porquanto daria ao Imperador opportunidade para se defender; que, apesar de Mitre e de Buenos Aires, o povo argentino se recusaria a uma alliança contra o Paraguay; que, por isso, o exercito paraguayo poderia, sob o pretexto de um



“transito inocente”, violar a fronteira argentina, atravessar o territorio de Corrientes e atacar o Brasil pela retaguarda, auxiliado por 8.000 soldados orientaes; que, obrando dess’arte, Lopes derrocara o colosso imperial, estabeleceria o equilibrio platino e se cobriria de eterna gloria.

Sagastume, como se vê, fez a nossa defesa “a priori” A que fica reduzido, depois dessas considerações, o nosso imperialismo? Como explicar que um vasto paiz, com as suas fronteiras desguarnecidas, sem arsenaes militares, sem flotilha fluvial na zona mais vulneravel ao inimigo, sem estabilidade politica, sob a ameaça de perturbações continuas, é, máo grado tudo isso, um monstro de imperialismo? O plenipotenciario uruguayo, no seu jogo em Assumpção, foi um diplomata habilissimo. Infelizmente, porém, como acontece muitas vezes, foi só diplomata, enxergou apenas o que estava no seu campo de acção, serviu-se de meia duzia de cartas, desprezando o resto do baralho.

Sagastume errou no seu calculo sobre Mitre, desconhecendo, por igual, nos seus apressados juizos acerca de Urquiza, que a era do caudilhismo já havia passado na Argentina. Errou, tambem, quando asseverou a fraqueza da unidade brasileira e zombou da capacidade formidavel de reacção dos

nossos homens. Mas as apparencias, seja licito confessar, lhe davam razão. Estavamos, de facto, desorganizados militarmente, quasi sem recursos para suffocar uma rebelião séria, quanto mais para os azares de uma guerra externa. Accresce ainda que nos acatunhavam as humilhações do caso Christie, humilhações que deveriam ter influido muito no conceito pejorativo que se fazia do Brasil entre os povos do Prata. Sagastume somnou todos esses valores e achou que o momento era azado para destruir, de uma vez, o prestigio do Imperio, em beneficio da politica dos partidos extremados. O caudilho deveria abater o Imperador. E Lopez, esquecido de um largo passado de amizade generosa, entrou na combinação da diplomacia secreta, que lhe offerencia, além do mais, todo o plano de operações bellicas.

Tem a palavra, agora, José Vasquez Sagastume.

§ 2.º — *Considerações sobre a actualidade  
da Republica Oriental do Uruguay*

MEMORANDUM CONFIDENCIAL ENVIADO POR JOSÉ  
VASQUEZ SAGASTUME, PLENIPOTENCIARIO URU-  
GUAYO EM ASSUMPÇÃO, AO SR. BERGES, MINISTRO  
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO PARAGUAY,  
EM 28 DE OUTUBRO DE 1864

“A Republica Oriental do Uruguay atraves-  
sava nestes momentos a suprema crise que  
deve decidir a conservação ou a perda da  
nacionalidade.

Lutando contra Flores, hostilizada abertamente pelo Imperio do Brasil, não procurou nem desejou outros auxilios, senão os da sua irmã, a Republica do Paraguay

A politica elevada e previdente do exmo. general Lopez, lhe inspirou confiança e fé nesse poderoso concurso, sem o qual a sua decisão e valor seriam insufficientes para triumphar na contenda.

A perda da nacionalidade oriental, quebrando o equilibrio do Prata, implantará uma ameaça actual aos direitos e ao futuro da nação paraguaya.

A identidade de origem, de interesses e de perigos entre as duas nacionalidades constituem razão de Estado para unir os seus esforços e combater, assim, com seguranças de exito, as pretensões e os attentados do Imperio.

Os successos politicos que se vêm desenrolando de um anno a esta parte, e esterilizam nobres sacrificios, conduziram a Republica Oriental a uma situação precaria.

Impossibilitada de dominar o territorio e poder, nas suas fronteiras, dar a mão ao Paraguay, tem de concentrar os seus elementos de defesa num ponto em que flammeje a bandeira da sua nacionalidade e a legitimidade do seu governo. (*sic*)

Cabe, pois, ao Paraguay, a gloria invejavel de levar seu poder e suas armas ao mesmo theatro dos acontecimentos, para libertar o grande principio da independencia e o futuro destes paizes.

Como se garantirá o resultado da empresa, justificando ao mesmo tempo, deante do mundo, o bom direito com que procede a Republica do Paraguay?

Eis aqui um aspecto importante da

questão, que se não pôde resolver prescindindo das circumstancias que com ella se relacionam.

Convém estudar separadamente cada um desses pontos, que se podem chamar cardeaes, para deixar bem claras as possibilidades favoraveis e as contrarias, que podem affectar a realização da idéa.

Quanto ao direito, estabeleceu-o claramente a previsão e acerto com que o exmo. governo do Paraguay fundou a sã doutrina do equilibrio politico do Rio da Prata.

Está proclamada e não contradita a verdade do interesse que deve inspirar, ao Paraguay, a conservação das nacionalidades do Prata, como meio de estabilidade e garantia para os direitos desta Republica.

As primeiras explicações pedidas a Buenos Aires, em virtude dos auxilios prestados á invasão de Flores, foram dadas por aquelle governo, de modo que ficou por elle tacitamente reconhecida a legitima faculdade em virtude da qual o Paraguay pediu essas explicações.

Posteriormente, a attitude assumida pelo Paraguay, no protesto de 30 de agosto, motivado pelo ultimatum do Conselheiro Saraiva, revelou novamente a decisão de fazer valer os seus direitos nas complicações que a politica brasileira trouxera ao Rio da Prata, para

atacar, de qualquer fórma e sob qualquer pretexto, a soberania e a integridade da Republica Oriental.

O Brasil desattendeu á justa admoestação do Paraguay e entrou no terreno dos factos, respondendo ou não ao protesto do Paraguay.

No primeiro caso, está demonstrado praticamente que prescinde das considerações devidas a uma nação amiga, o que lhe impunha o dever de discutir, pelo menos, o ponto controvertido, antes de consummar um attentado contra o qual se protestava.

No segundo caso, a conducta do Brasil é ainda mais grave, porque, a esse descaso, junta-se a descortesia de não satisfazer ou explicar actos internacionaes de resultados transcendentaes e que originaram justas observações, fundadas em principios de interesses proprios e legitimos.

Em qualquer das hypotheses, o procedimento do Imperio robusteceu o bom direito com que o Paraguay tornará effectivos os effeitos do seu solemne protesto de 30 de agosto.

Mas esse direito se fortificaria mais ainda e seria mais efficaz, perante a lei das nações, se se exercesse com o consentimento expresso e pactuado do soberano do territorio no qual se devem desenvolver as operações.

O governo oriental pode demonstrar esse accordo e consentimento de duas maneiras differentes. *Pedindo a intervenção armada* do exmo. governo do Paraguay, na luta que sustenta contra o Brasil, para defender principios de interesse commum; ou celebrando um tratado de alliança offensiva e defensiva para garantir a independencia e a integridade de ambas as Republicas, de qualquer perigo que as ameace no presente ou no futuro.

Esse tratado poderia ser temporario ou permanente.

A jurisprudencia internacional reconhece esses dois meios, pelos quaes uma nação independente e soberana pode levar suas armas e seu poder ao territorio de uma outra nação igualmente independente e soberana, e, de mütuo accordo em pensamento e como se fosse em causa propria, lutar contra outra nação que atacasse sua integridade ou seus direitos.

A legitimidade com que, em tal caso, procederia a nação interventora ou alliada, não poderia ser contestada por nenhum poder sujeito ao respeito dos principios estatuidos no direito publico.

Quanto ás probabilidades do bom exito da expedição do Paraguay contra o Brasil, na Republica Oriental, estão asseguradas tanto

quanto se podem assegurar as coisas que dependem da natureza humana.

O Brasil, por seu modo de ser politico e social, por suas leis fundamentaes e organicas, pelo character nacional e pelos diversos elementos e interesses que abriga no seu seio, não pôde estabelecer a homogeneidade de pensamento e a centralização de poder, necessarios para fazer uma politica de guerra com resultados vantajosos.

Ha, no Imperio e no proprio Parlamento, influencias mais ou menos poderosas que fazem forte opposição á guerra, e que necessariamente devem debilitar as medidas governamentaes para empreendel-a e mantel-a.

Essa opposição ha de tornar-se mais consistente quando vir a Republica do Paraguay ligar-se á Oriental, para resistir ás aggressões do Brasil, porque, então, terá deante de si um poder capaz de ameaçar a propria estabilidade do Imperio.

O Brasil formará sobre a fronteira, para invadir o territorio oriental. 8.000 homens approximadamente, e, embora com grandes sacrificios, ser-lhe-á muito difficil augmentar de outro tanto o exercito, que deve tambem guardar e defender a provincia do Rio Grande.

Os poucos elementos bellicosos do Imperio guardam no seio os germens da desavença,



que, por mais de uma vez, produziram revoltas.

O governo do Imperador tem tido necessidade constante de manter, nas suas provincias, tropas de linha, para conserval-as no respeito pelo regimen.

Seria perigoso, para elle, desguarnecer essas provincias e trazer á guerra contra a Republica Oriental essas forças, que são a garantia da ordem e da obediencia.

Utilizando embora esses recursos, augmentados com os estrangeiros que possa engajar e os contingentes de recrutas provincias, o que já foi ensaiado uma vez, sem exito, não conseguirá levar ao theatro da guerra um Exercito superior ao que pode mobilizar facilmente o Paraguay.

Ha, além disso, no Rio Grande e em outras provincias do Imperio, um elemento poderoso que pode fazer valer-se em seu prejuizo. A escravidão liberta, sob a protecção das armas republicanas, deve ser naturalmente um auxiliar da boa causa, convertendo-se naturalmente em inimiga dos seus oppressores.

Na luta da Republica do Paraguay e da do Uruguay contra o Imperio do Brasil, este não pode ter a cooperação de nenhum povo americano.

Quesquer que sejam as naturezas dos compromissos assumidos pelo governo de Buenos Aires com o Brasil, o general Mitre não terá poder sufficiente para conduzir as armas argentinas á confraternidade com as do Imperio, em face do systema republicano.

As sympathias dos povos da Confederação Argentina não se inclinam para o Brasil, e ainda estabelecido o caso de querer o governo de Buenos Aires fazer grande questão da violação do territorio para o *transito innocente* que realizarem as forças paraguayas, através da provincia de Corrientes, para chegar ao Brasil, a opinião publica já manifesta, e de modo bem pronunciado, deterá qualquer reclamação ou disposição governamental tendentes a favorecer, por qualquer modo, os interesses do Imperio.

Além de que, o pretexto para essas reclamações desappareceria, com o assentimento do governador da provincia de Corrientes para o *transito innocente* do exercito paraguayano.

Em qualquer caso, é claro que a Republica Argentina, com ou sem a vontade do seu governo, não fará nunca causa commum com o Imperio, quando este lute com as armas contra as republicas irmãs.

As suas tradições e interesses, e, ainda mais do que tudo, a força das coisas, que tem

grande poder no destino dos povos, garantem efficazmente essa affirmativa.

Essas reflexões são applicaveis á situação mais desvantajosa em que se pudesse encontrar a pratica da alta politica manifestada pelo exmo. governo do Paraguay.

O mais provavel, o mais logico, é supôr que, iniciadas as operações militares, e proximo de resolver-se o problema da sorte futura desses paizes, as proprias conveniencias unifiquem o esforço de todos para combater um perigo commum, satisfazendo de unia vez uma exigencia nacional antipathica por essencia ao character e tendencias do Imperio do Brasil.

O general Urquiza, que está chamado pelos seus antecedentes e interesses a coopear na empresa póde ficar, no momento, indeciso diante de uma resolução grave que decida do seu futuro.

O flanco que abre, a Entre Rios, o dominio do Uruguay e baixo Paraná pelos navios brasileiros em combinação com Buenos Aires, se essa provincia se pronuncia em primeiro lugar contra a politica que segue o governo argentino, póde ser uma razão que detenha o general, porque, aparentemente, constitue um verdadeiro perigo.

Mas, quando o general Urquiza se compenetrar da verdade das coisas e vir os irre-

sistiveis elementos que o Paraguay põe em acção e se convencer da impotencia do Brasil e de Buenos Aires para invadir a provincia de Entre Rios, tendo as suas forças compromettidas na *questão oriental*, não ha duvida que, verificando as probabilidades de triumpho para a boa causa, se ainda não se tiver pronunciado em seu favor, se apressará em fazel-o, para não perder a importante posição que os successos poderiam dar-lhe.

De qualquer maneira, com o general Urquiza ou sem elle, as vantagens que, na arte da guerra, podem constituir fundadas probabilidades de triumpho, estão com o Paraguay, o qual, sobre alinhar ao seu lado a honra e a gloria, terá o apreço dos povos e o applauso da historia.

A campanha que tão nobremente abre o Paraguay, para ajudar a salvar a liberdade e as instituições de um povo amigo e irmão, pode ser de resultados mais proximos ou demorados, segundo os esforços, feitos conjuntamente pela Republica Oriental, se mostrem mais ou menos efficazes e importantes.

Se a Republica Oriental conserva em pé os elementos que ainda conta para sua defesa, os quaes reunidos bastam para conter e até bater os 6 a 8.000 brasileiros que a devem invadir, as operações do exercito paraguayoy serão de decisão mais rapida.

Mas essas forças disseminadas nada podem.

As praças de Salto e Paysandú, abandonadas aos seus próprios recursos, não resistirão á offensiva do Brasil.

Serão atacadas simultaneamente por mar e terra. Empenhar-se em mantel-as, com a certeza de vir a perdel-as, seria derramar inutilmente o sangue precioso dos seus defensores e diminuir o numero de valentes que devem guarnecer a capital.

As forças invasoras tomarão posse de todo o norte do Rio Negro, e, ao sul, operará Flores com o maior auxilio que possam dar-lhe os invasores.

Se a divisão do Departamento de Cerro Largo e as guarnições de Salto e Paysandú retirarem-se, no caso de não poder sustentar os pontos que guarnecem, e se incorporarem, com o exercito em operações, ás forças da capital, o governo oriental terá reunidos 8.000 homens, soldados feitos e de comprovada fidelidade.

Se recebesse do Paraguay um auxilio de 2 a 4.000 homens, que se encarregassem da conservação e guarda de Montevidéo, esses 8.000 homens poderiam manobrar ao sul do Rio Negro, com vantagem sobre Flores, e aproveitariam qualquer oportunidade para bater as forças de linha do Imperio.

Esses 8.000 homens serviriam, tambem, para hostilizar a retaguarda do Brasil, quando esse tivesse que enfrentar o exercito paraguayo e prestaria assim serviços de notavel importancia.

E' possivel que o Brasil e ainda Buenos Aires, receiando que o Paraguay entre em accção para fazer valer desde já sua influencia e seu poder no curso dos acontecimentos, vigiem o passo de Martin Garcia e pretendam mesmo desconhecer o direito que assiste á bandeira do Paraguay de chegar ao porto de Montevidéo.

Mas, embora não levando em conta que tal acto seria um attentado contra o direito das gentes, não conseguiriam deter a expedição, porquanto qualquer que fosse a resolução em que estivessem, não dariam combate naval ao Paraguay, apenas para forçar uma visita aos navios dessa marinha, sem saber positivamente a missão que levavam; tanto mais quanto é provavel que o corpo diplomatico estrangeiro, em Montevidéo, haja notificado o almirante brasileiro no Prata, respondendo á sua circular, que não reconhece o direito de visita á bandeira neutral que navegue os rios da Prata, Paraná e Uruguay. porque esse direito não se adquire senão preenchendo previamente as formalidades prescriptas pela lei das nações, desattendida,

até o presente, pelo Brasil, em seus ataques á Republica Oriental.

Esses navios paraguayos, talvez consigam passar o estreito em Martin Garcia, sem serem presentidos a tempo, desembarcando as tropas em Montevidéo; se, por essa razão, houvesse perigo no seu regresso ao Paraguay, em vista da superioridade de força marítima que tem o Brasil, poderiam ficar naquelle porto, ou formando parte do auxilio recebido pelo governo oriental, ou tomando este a direcção delles por alienação, arrendamento ou outro meio legal.

Se o exmo. governo do Paraguay julgasse de melhor politica a defesa de Montevidéo e, por terra, mais acertado fazer sómente uma demonstração contra o Brasil, então as forças que ficam com o governo oriental, não deverão abandonar as immediações de Montevidéo, e Flores poderá impunemente assolar grande parte dos departamentos do Sul.

De todos os modos, ainda que reduzido o governo oriental a defender a praça de Montevidéo, uma das maiores difficuldades que o embaraçam na actualidade é a situação financeira.

Esgotados, na luta, os recursos extraordinarios adquiridos dentro do paiz, encontrou-se o governo na contingencia de negociar um emprestimo na Europa. Tem garau-

tias a offerecer para uma grande operação de credito e fundadas esperanças de negocial-a, mas isso não será antes de cinco ou seis mezes. No entretanto, as necessidades da guerra exigem dispendios que é necessario cobrir immediatamente.

Um subsidio reembolsavel de 80 a 100.000 pesos mensaes, durante esse tempo, não só o desembaraçaria de serias difficuldades, mas facilitaria e augmentaria os elementos da sua resistencia e poder.

Todavia, o Brasil, prevendo os perigos que póde correr com a expedição do exercito paraguay ao theatro dos acontecimentos, se apressará em desenvolver os successos de modo a não dar tempo á acção paraguaya.

Effectivamente, se ficar opprimida a Republica Oriental por ataques superiores ás suas forças, e cair envolta na sua bandeira e banhada no seu sangue, a nobre missão do Paraguay teria maiores difficuldades a vencer

O governo oriental não medirá sacrificios para conservar a divisa da sua nacionalidade, lutará com heroismo até a consumação do martyrio, mas, para evitar toda complicação possivel e assegurar o exito glorioso da empresa, seria necessario proceder com a presteza com que se desenvolvem os successos



sos. A actualidade é suprema e decisiva talvez.

A mobilização sobre o Brasil das forças paraguayas, nestes momentos, seria talvez um golpe de morte para o Imperio.

Dentro de um mez, só Deus sabe a natureza dos inconvenientes que podem surgir!

*Uma declaração de guerra ao Brasil, antes das operações*, poderia occasionar precipitação da sua parte para tomar uma defensiva vantajosa e ganhar assim posição.

*O governo do Paraguay estaria no seu direito de invadir o Brasil em silencio.* Já o annunciou em seu protesto e na resposta á nota da legação brasileira a esse proposito. Com o primeiro golpe contra o Imperio, uma manifestação ao mundo justificaria seu direito. O general Lopez libertaria assim a Republica Oriental, garantindo o futuro da sua propria patria, cobriria sua fronte de gloriosos laureis e a historia destes paizes tributaria ao seu nome dignos e merecidos applausos. <sup>(1)</sup>

(Assunción, Octubre 28 de 1864)

(Ass.) *José Vasquez Sagastume.*

---

(1) *O estilo campanudo em que está vasado o famoso "Memorandum", obscurecc, não raro, a clareza do texto, e difficulta particularmente a limpidez da versão brasileira.*



A HISTORIA MILITAR DO  
BRASIL



Somos um povo muito mal julgado. A Europa nos desconhece, confunde as nossas origens ethnicas e historicas com as dos nossos vizinhos espanhóes, sabe apenas que habitamos um territorio immenso, rico de metaes e pedrarias, abundante de materias primas de toda especie. Gustave Le Bon declarou que eramos uma nação hispano-americana, igual á Argentina, ao Perú e ao Chile. Lapouge affirmou, no *Aryano*, que o “Brasil era um grande Estado negro que regressava á barbaria” O barão de Gobineau escreveu que eramos uma sub-raça, sem importancia historica, indigna de merecer a attenção dos sociologos avisados. Paul Adam humilhou-nos com os seus hyperbolicos louvores, comparando as nossas poetizas campanudas aos maiores escriptores da Academia Franceza. Blasco Ibañez só enxergou no Rio de Janeiro uma colmeia de negroides semi-nús regando as sargetas das ruas, ao sol candente dos tropicos abrazadores, com as secreções da bexiga. Jules Huret, por mal da fatalidade, desembarcou, aqui, numa noite de Car-

naval. O que lhe interessou, em nossa capital, foram as orchideas da Tijuca e os miços do Silvestre. De um viajante francez, recebemos a carinhosa epigraphe conhecida: No Brasil, os frutos não têm sabor, os homens não têm vergonha e as mulheres não têm pudor. Talvez tenha sido Chamberlain um dos poucos publicistas europeus que nos fizeram justiça e nos olharam com sympathia.

A lista dos primeiros, entretanto, é muito mais numerosa e selecta.

Para o europeu, geralmente, o brasileiro é um typo achamboado, vestido de couro, de chapeirão desabado, indolente, sensual, capaz de se defender das cobras mas incapaz de vencer, na concorrência dos "povos civilizados". Dizem alguns dos nossos agentes diplomaticos e consulares que o Brasil é mais conhecido no Japão que no nosso delicioso velho mundo.

Se a Europa nos desconhece, os paizes da America do Sul nos calumniam. Tal phenomeno, todavia, não nos deve espantar. E' das escripturas que os vizinhos não se amam, principalmente quando uns são devedores dos outros. A historia diplomatica e militar do Brasil é um longo ról de favores prestados aos povos lindeiros do nosso paiz. Quando ella for escripta, como deve ser, ninguem ou-

sará contestar esse juízo, onde nada ha de gabolice patriotica.

O illustre commandante Genserico de Vasconcellos, na sua admiravel obra sobre a campanha contra Rosas e Oribe, poz em fóco todas essas verdades infelizmente deslembradas até dos brasileiros.<sup>(1)</sup> Mostra-nos o distincto official do nosso Exercito, em paginas de alto patriotismo e de excellente doutrina militar, servindo-se da mais copiosa documentação conhecida sobre o assumpto, a posição do Brasil entre os povos do Prata. O sangue dos nossos homens, o dinheiro do nosso thesouro, a estrategia dos nossos generaes e a politica subtil dos nossos diplomatas e governantes entraram largamente, contribuíram generosamente para a estabilização dos governos do Prata, entregues á sanha dos caudilhos ambiciosos e aventureiros. Demos á Argentina o melhor das nossas energias, conquistamos, para a tranquillidade do seu destino politico, a victoria de Monte Caseros, que determinou a deposição e a fuga do dictador d. João Manoel de Rosas. Como nos pagaram, porém, taes sacrificios? Apezar daquellas vozes que, no Manifesto de 10 de março de 1852, se dirigiram ao brigadeiro Marques de Souza, clamando: "Os argentinos reconhecem que,

---

(1) *Genserico de Vasconcellos: Historia Militar do Brasil. Rio de Janeiro. 1922.*

no dia 3 de fevereiro, contrairam uma imensa dívida para com a generosa nação brasileira”; máo grado as ardentes ordens do dia de Urquiza aos nossos bravos soldados, os historiadores militares da Argentina, talvez por escassez de documentos e informações, procuraram sempre apagar o brilho das nossas acções dentro do territorio da sua patria, conspurcado pela mashorca federal.<sup>(2)</sup> Apezar de “Caseros” ainda guardam os museus da Republica vizinha os falsos trophéos de Itusaingo, trophéos que, ainda ha pouco, o benemerito sr. Macedo Soares reduziu ás verdadeiras proporções, em seu consciencioso livro acerca dessa irritante questão.<sup>(3)</sup> Ajudá-mos a expulsar da Republica Oriental o bando de Oribe, abrimos áquelle governo as portas das nossas arcas, mandámos a esquadra de Greenfell proteger as costas uruguayas, afim de cortar a retirada das tropas inimigas e impedir a junção com as de Rosas. De que modo nos agradeceram certos nacionalistas uruguayos? Declarando, pela palavra autorizada de um dos seus parlamentares, o sr. Larreta, que “el Brasil ha servido siempre, en las cuestiones del Rio de la Plata, sus in-

---

(2) Cf. *Sarmiento: Campaña en el Ejército Grande Abado.*

(3) *J. C. de Macedo Soares: Os falsos trophéos de Itusaingó. S. Paulo, 1922.*



tereses y no los nuestros, y hago votos por que no vuelva a producirse alguna situación en que le demos oportunidad al Brasil de venir a luchar entre nosotros y por nuestras cosas, a titulo de que viene a servir a la libertad"; mais adeante ajunta o sr. Larreta: "que libertad podia dar a otros, él que no habia sabido todavia ser libre, ni libertar a esos millones de hombres que tenia bajo la férula de la esclavitud?" (Diario de Sesiones de la Camara de Representantes. Tomo CCLXVI, pag. 122) Evitámos que o Uruguay se tornasse a presa facil da cobiça de Rosas, quando se tornou inefficaz a intervenção franco-britannica.

Pois bem, que dizem de nós varios dos seus publicistas? Lê-se na *Geographia*, de Pedro Martin, adoptada oficialmente nas escolas orientaes, que "no litoral do Brasil reina quasi constantemente a febre amarella" Abra-se, por exemplo, o *Curso da Historia Patria*, de Carlos Maeso, e veja-se como é tratado o Exercito brasileiro: "El 31 de diciembre (cerco de Paysandú), Lucas Piriz separa 34 hombres de los que tenia en las trincheras, y señalandoles un batallón brasileiro que le hacia muchas bajas en sus filas: — estos hombres nos hacen mucho mal, les dice a aquellos bravos; es preciso desalojarlos de alli. La polvora es poca y debemos economi-

sarla; vamos a sacarlos a punta de lanza. — Y con un arrojito temerario empuñan la espada, acometen a lanza y bayoneta, y introducen el panico entre los brasileños, que casi todos huyen saltando las paredes, y dando la espalda a un puñado de valientes.” Deveria o escriptor uruguayo, para ser mais exacto, advertir, em nota, que muitos desses covardes que fugiram de um punhado de uruguayos terriveis como tigres de Bengala, auxiliaram mais tarde os batalhões, quasi destróçados, de Cesar Diaz a galgar a posição de Caseros, o nucleo de resistencia de Rosas. O sr. Maeso, porém, preferiu accrescentar que, depois daquella immortal arremetida, o “coronel Lucas Piriz se sentó tranquilamente a comer damascos” Eis. pois, o que o jacobinismo oriental nos deu, em troca do que fizemos pela sua independencia: os caroços dos damascos comidos pelo coronel Lucas Piriz...

Não mereceu menos da nossa politica de paz e amizade o Paraguay. Fomos a primeira nação que lhe reconheceu a independencia. Garantimos-lhe a existencia politica, ameaçada pelos desmandos de Rosas, assignando o Tratado de 25 de dezembro de 1850, em virtude do qual davamos ao Paraguay o prestigio de uma alliança poderosissima. Enviamos-lhe uma pleiade notavel de instructores militares, como Soares Pinto, Caminada,

Willagran Cabrita e Porto-Carrero. Quem traçou o plano de Humaytá foi um tenente-coronel prussiano, Wisner Morgestein, apresentado ás autoridades paraguayas pelo ministro plenipotenciario do Brasil, Pimenta Bueno. Sabemos como o Paraguay nos descontou essa letra de amizade, impondo-nos o sacrificio da victoria de Riachuelo...

E' grato, comtudo, registrar o asserto com que o sr. Genserico de Vasconcellos conclue uma das suas notaveis conferencias sobre o nosso passado militar: "Em toda a nossa historia o exercito cumpriu o seu dever" Precisamos pôr em relevo o cumprimento desse dever, afim de que, ao menos os brasileiros, possamos conhecer e amar as tradições do Brasil. Apesar de isolados entre varias raças de indole diversa da nossa, nunca desembainhamos a espada para ferir direitos alheios, nunca intrigámos os nossos vizinhos uns com os outros, nunca tivemos necessidade do auxilio estranho para libertar-nos de caudilhos, mercê de Deus, inexistentes em nossa patria. Cabe aos profissionaes illustres, como o sr. Genserico de Vasconcellos, essa pesada mas nobilissima tarefa de escrever indelevelmente a Historia Militar do Brasil. Um paiz que sempre poz a espada dos seus generaes ao serviço do Direito, deve orgulhar-se da sua força.



DA INCOMPREHENSÃO  
SEPARATISTA



## § 1.º — *O Brasil e a America Espanhola*

Os povos americanos soffrem de um mal, que ás gerações modernas cumpre o dever de corrigir immediatamente, com todas as suas forças de bôa vontade e sincero empenho: o mal da incompreensão, do mutuo desconhecimento. Ha todavia entre os paizes do nosso continente, um que, em face dos demais, tem padecido, com maiores prejuizos dessa enfermidade commum. Se os outros membros da communhão hispano-americana se desconhecem ou não se conhecem como fôra necessario, concorrem para os approximar e diminuir o insulamento que os distancia varios factores substanciaes. A Bolivia e a Republica Argentina, o Chile e a Colombia, o Perú e a Venezuela, o Equador e o Paraguay estão conjugados numa cadeia de élos sympathicos, formada pela igualdade do idioma, pela similitude da élite social, pelo parallelismo dos costumes e até pela

fraternidade das tradições historicas, pelo rithmo das idéas generosas que inspiraram Bolivar, San Martin, Sucre, Miranda e O'Higgins. As nações espanholas da America podem estar separadas, ás vezes por dissidios crueis, mas o seu destino, pelo tempo adeante, não refugirá á fatalidade das leis do sangue. E, muito embora não se verifique, na sua plenitude, o sonho do Libertador no Monte Avelino, a realidade futura não desmentirá totalmente os prenuncios da visão bolivariana. Se as correntes migratorias, como é de suppor, não alteraram profundamente a liga ethnica primitiva, os povos hispanos formarão, no mundo novo, um complexo forte, equilibrado e resistente, um bloco indissolvel, ante o anglo-saxão e o brasileiro.

Para o Brasil, essa moldura espanhola que o enquadra e se desenrola, á feição de voluta plateresca, ao longo das suas fronteiras terrestres, pode constituir um elemento admiravel de progresso e riqueza. E' mister, porém, para que se abram, nessa formidavel muralha, largas portas de communicação, um proposito são, e cada vez maior, de entendimento reciproco.

O Brasil, pelo capricho imponderavel das circumstancias, é o paiz mais ignorado e, por isso mesmo, o que mais se presta ás invectivas de certos escriptores unilateraes, nes-



ta parte do continente. Criou-se, á revelia dos factos e pela ignorancia delles, em determinados circulos, um ambiente de suspeita contra o nosso passado, profundamente prejudicial e injusto. Historiadores apressados, sem o menor contacto com a documentação dos Archivos, estimulados apenas pelo fulgor das paixões, têm construido a nossa historia ao sabor das suas preferencias, com os materiaes perigosos da exaltação partidaria.

Aqui mesmo, desde Teixeira Mendes, apologista do fraccionamento da unidade nacional, como se vê na sua obra sobre Benjamin Constant, vol. 1.º, pag. 103, não faltaram vozes para apregoar as miserias da nossa politica de compressão contra os vizinhos fracos e desprotegidos. Essas diatribes, entretanto, longe de gerar confiança, de contribuir para o esclarecimento de velhas questões, servem para despertar hostilidades surdas, para augmentar ainda a incessante vaga de preconceitos que se avoluma sobre nós. As séclas dessa escola de falsas e impertinentes reivindicações, já existem brasileiros apostados para reclamar contra os Tratados de 1851, com o Uruguay, contra as intervenções na época de Oribe e de Rosas, esquecidos de que aquelles actos nos foram propostos formalmente pelo governo oriental e as referidas intervenções feitas, a pedido insistente,

de estadistas platinos da maior responsabilidade.

Saul de Navarro, por exemplo, incide, em um capitulo de *O Espirito Ibero Americano* dedicado a O'Leary, num erro de bôa fé, de que eu estimaria vel-o afastado. Longe de mim o conselho de mentir por patriotismo. Saul de Navarro, que tomou o precioso encargo de estudar o pensamento ibero-americano, deve estender o seu raio de acção. Deve, por igual, aproveitar o ensejo para realizar nos paizes da America Espanhola, o desinteressado labor que, em prol dos mesmos, tem desenvolvido no Brasil. Não lhe falta, para tanto, aquella serenidade de juizo indispensavel ao exacto observador.

Suas considerações acerca dos tumultos revolucionarios da vida americana evidenciam a clareza do espirito que as enunciou. Em verdade, "o mal, senão o ridiculo de nossos historiadores é considerar os homens e os factos da America, sob o criterio e as exigencias doutrinarias da civilização cançada da Europa. O seculo XIX foi para nós, americanos ibericos, um periodo de lutas tremendas, de iniciação politica, porque, de um momento, nos tornamos emancipados e entramos, ruidosa e precipitadamente, na communhão dos povos regidos pela democracia: demos um salto do patriarcado á utopia de

Rousseau... Logico era que essa evolução social, feita a golpes de magica, nos trouxesse os caudilhos, os tyranos, as revoluções quasi permanentes, as guerras absurdas e atrozes, todos os desvarios e erros do nosso recente passado.”

Mas é necessario ponderar que, para muitos, essa theoria só se deve applicar á historia dos outros paizes. Os estadistas do Imperio, as directrizes da sua politica, as realizações da sua diplomacia não obedecem ás contingencias. Essas contingencias explicam Rosas, Francia e Lopez, mas não servem para justificar Paraná, Uruguay, Saraiva ou Rio Branco. Deante do Imperio desarmado, com um desprezivel exercito, disseminado por territorio immenso, constantemente ameaçado pelas rebeliões platinas, o pequeno Paraguay exhibia numerosas divisões de soldados bravissimos, fortalezas inexpugnaveis. Em face dessa antinomia, o historiador não se intimida e exclama: as contingencias obrigaram o Paraguay a se armar porque o Imperio estava ali, e a politica imperial era absorvente e devoradora.

Mas qual foi o paiz americano absorvido e devorado pela sucuri imperial? Onde estão as espoliações, se as proprias fronteiras com o Paraguay, depois da guerra eram as mesmas que a diplomacia de ambos os pai-

zes, em plena paz, já havia concertado e que só o conflicto doloroso impediu se ajustassem num Tratado?

Ha documentos que precisam ser lembrados, documentos que espelham as tradições imperiaes, de modo muito diverso de certas interpretações cavillosas. A politica imperial, em relação ao nobre povo paraguayo, não pode ser taxada, pelos que a conhecem directamente, de duvidosa e provocadora. Sem referir o Tratado de 25 de Dezembro de 1850, pelo qual o Brasil se compromettia a promover o reconhecimento da Republica do Paraguay pelas potencias que ainda não o houvessem feito, vale recordar os graves incidentes entre o gabinete de São Christovão e o representante da Confederação Argentina, a proposito da independencia daquella Republica.

§ 2.º — *O Brasil defende, contra Rosas, a Independencia do Paraguay*

O Brasil quasi foi arrastado á guerra com o governo de Rosas, para defender a integridade e a soberania do Paraguay. Se o dictador de Buenos Aires estivesse, em 1843, preparado militarmente para uma campanha séria, os soldados imperiaes teriam marchado para proteger a independencia paraguaya. Rosas preferiu, por isso, a guerra diplomatica, o torneio das Notas, o jogo da dialectica subtil e das ameaças veladas, em que era mestre d. Tomás Guido, seu illustre plenipotenciario na Côrte do Rio de Janeiro.

Dois annos seguidos durou a batalha, em que Rosas se empenhava pela annexação do Paraguay e o Brasil pela preservação da sua liberdade. Todos os argumentos de Guido eram systematicamente rebatidos, ora pelo Visconde de Uruguay, ora por Limpo de Abreu. Na sombra, vigiava o Conselho de

Estado, cujos pareceres defendiam a nação cobiçada por d. Juan Manuel Rosas, com o mesmo ardor com que se oppoiam á desintegração de um pedaço da patria. Arrastava-se a controversia em debates que, por vezes, fagulhavam subitamente, quando, desesperado ante a inflexibilidade imperial, d. Tomás Guido perde a paciencia e envia ao governo brasileiro a nota de 20 de fevereiro de 1845. (1)

Pondo de parte varios topicos sobre diferentes assumptos, merece transcrição textual, este que se relaciona com os negocios de que estou tratando: “Desde 1843 tinha a legação manifestado francamente ao ministerio do Brasil as poderosas razões que impediam ao governo argentino de reconhecer a independencia do Paraguay. O mesmo governo as declarou á camara de representantes, em 27 de dezembro daquelle anno. Mas o governo brasileiro, precipitando, em troca de ephemeras vantagens, *um reconhecimento prematuro de uma nacionalidade nova e ambigua*, não teve em conta nem a organização primitiva da Republica Argentina, nem que o atacar, com sacrificio dos direitos originarios da Confederação, a subdivisão do seu territorio nacional, era criar embaraços nas relações naturaes com os povos vizinhos.”

---

(1) *Archivo do M. das R. Exteriores. Rio de Janeiro.*

Limpo de Abreu, então ministro e secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, depois de recapitular longamente os motivos e pretextos em que se fundamentava Guido para as suas reiteradas reclamações, respondeu assim, por Nota de 29 de julho de 1845, aos protestos do plenipotenciario de Rosas:

“Feitas estas observações geraes passará o abaixo assignado a considerar a questão da independencia do Paraguay, que o protesto do sr. D. Thomaz Guido pretende tornar duvidosa; e propondo-se o abaixo assignado sustentar aquella independencia, como releva, procurará reduzi-la aos termos da maior simplicidade e clareza, mostrando depois disto a coherencia de principios e actos com que a respeito desta questão tem procedido o governo imperial, resolvendo-a hoje, pela mesma fórma por que a resolveu logo no seu começo. E’ indubitavel, com effeito, que a independencia do Paraguay, além de ser coetanea, resulta do mesmo principio que a provincia de Buenos Aires póde invocar em seu favor. A identidade do principio estabelece necessariamente, neste caso, a identidade de direitos e prerogativas. . .

“Consultando-se qual foi a vontade livre e espontanea do Paraguay, ao separar-se da metropole, facil é conhecer que o Paraguay constituiu desde logo uma nacionalidade pro-

pria e inteiramente independente de Buenos Aires. Esta asserção, além de outros factos, funda-se na resolução explicita e terminante da assembléa geral da provincia do Paraguay, que se reuniu na cidade da Assumpção, no dia 17 de junho de 1811. Essa assembléa, além de criar uma junta governativa, composta de um presidente e quatro vogaes, decretou, entre outras medidas — que a provincia do Paraguay se governaria por si mesma, separada, e sem intervenção da de Buenos Aires. A junta governativa, criada em virtude daquella resolução, seguindo o principio fundamental da independencia da provincia, apressou-se, em officio datado de 20 de julho do mesmo anno, a dar conhecimento de tudo ao governo de Buenos Aires. O governo de Buenos Aires, longe de protestar em tempo algum, ou de fazer a menor objecção contra a declaração da independencia do Paraguay, reconheceu-a elle mesmo em dois documentos authenticos e officiaes.

“Um destes documentos é o officio dirigido, com a data de 28 de Agosto daquelle mesmo anno, pelo governo de Buenos Aires, á junta governativa do Paraguay, no qual officio declara o governo de Buenos Aires que, se é vontade decidida da provincia governar-se por si, e com independencia do governo provisorio, não se opporá a isso o mesmo governo.





incluiu o Paraguay, patenteando assim mais um vez que o considerava separado e independente, como já por outros factos tinha reconhecido.

“Se o Paraguay tivesse em algum tempo convindo, por effeito da sua propria vontade, livre e espontaneamente declarada, na divisão preexistente, incorporando-se á Confederação Argentina, neste caso unico é que o governo de Buenos Aires poderia allegar como principio o argumento que offerece; cumprindo, porém, advertir que, ainda neste caso, não seria o facto material da divisão preexistente, mas sim o acto moral da incorporação tacita ou expressa, que poderia estabelecer o direito e as relações correspondentes entre Buenos Aires e o Paraguay

“Na presença dos factos e argumentos que ficam ponderados é a todas as luzes manifesto que o governo imperial, reconhecendo a independencia do Paraguay, não póde ser arguido de acolher sem grande comedimento uma nova soberania no territorio da Republica Argentina. O governo imperial acolhe uma soberania que é coeva com a da Republica Argentina, uma soberania que não importa por isso a desmembração do territorio da Republica Argentina, a que nunca pertenceu.

“E’ tambem a todas as luzes manifesto que as doutrinas que têm autorizado o procedimento do governo imperial não poderão concorrer, em tempo algum, para estabelecer um precedente tão perigoso aos interesses vitaes do Imperio, como util ás vistas da politica anti-americana.

“As relações entre as differentes provincias que formam o Imperio do Brasil repousam na lei fundamental do Estado. A observancia desta lei sagrada foi jurada por cada uma das provincias, e, honra lhes seja feita, nunca o governo imperial invocou de balde as obrigações do juramento. A integridade do Imperio tem sido mantida pelos brasileiros como dogma de segurança, de força e de prosperidade, e deve ser respeitada por todas as nações como dogma de paz.

“Se a politica anti-americana tem por fim e por objecto enfraquecer, por meio da subdivisão, as diversas nacionalidades da America, não pode esta censura fazer-se ao Brasil na questão de que se trata, na qual o governo do Brasil, como se tem mostrado, não reconheceu uma desincorporação ou fraccionamento da Republica Argentina, mas a existencia de uma nacionalidade que tinha o mesmo principio, a mesma idade que a nacionalidade argentina. O Paraguay, como se tem visto, sempre constituiu um Esta-

do independente e separado de Buenos Aires...

“O acto de reconhecimento praticado pelo ministro do Brasil na cidade de Assumpção no dia 14 de Setembro de 1844 está de perfeito accordo com o pensamento em que se tem fundado a politica uniforme do governo imperial para com o Paraguay; é, na serie dos factos, a continuação e complemento dos que principiaram a praticar-se em 1824; é, enfim, o corollario obvio e necessario dos principios e das doutrinas que o governo imperial tem adoptado.

“De tudo quanto o abaixo assignado tem exposto resulta o firme proposito em que está o governo imperial de sustentar, como sustenta, *com todas as suas consequencias*, o acto de reconhecimento da independencia do Paraguay, contra o qual protestou, em nome do seu governo, o sr. D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, na sua nota de 24 de Fevereiro do corrente anno, dirigida ao antecessor do abaixo assignado *considerando o governo imperial, como considera, o dito protesto de nenhum effeito para com o governo do Brasil.*” (2)

---

(2) *Archivo do M. das Relações Exteriores. Rio de Janeiro.*

### § 3.º — *Os detractores da politica imperial*

Os detractores da politica imperial poderiam encontrar em nossos archivos muitas lições de honroso proceder diplomatico, semelhantes á que nos depara o documento acima reproduzido. Não faltam ao Brasil, para que elle seja devidamente apreciado e se desvança, em alguns meios hispano-americanos, a pécha, que lhe lançaram, de paiz imperialista, muitas credenciaes daquella especie.

Faz-se necessario, comtudo, que os homens de bôa vontade, sem paixão e sem ira, escrevam a nossa historia, considerando os factores do meio e do tempo em que ella se tem desenrolado. Porque é preciso dizer que a Republica tem soffrido, quasi tanto como o Imperio, os mesmos ataques desabuçados. Não se enganem os que malsinam a obra imperial, para attrair sympathias. Os

polemistas extremados, os historiadores de partido, como Herrera ou O'Leary, visam o Brasil.

Não quero terminar estas observações sem transcrever trechos de um estudo intitulado *Cuestiones Territoriales*, e publicado, em abril de 1925, no "Diario Nacional" de Bogotá, pelo publicista colombiano Heraclito Uribe, irmão de um antigo ministro da Colombia no Brasil. Por esse artigo se poderá avaliar até que ponto chegam os animos movidos contra nós.

Depois de fazer considerações desagradáveis acerca da nossa voracidade territorial, affirma o articulista:

"A unica esperança que nos resta é que, em futuro talvez não remoto, o gigantesco Brasil se fraccione pelo menos em tres potencias, determinadas pela situação geographica, pelo clima e pela composição ethnica das partes, tocando-nos, como vizinhos, a menos forte.

"Então as republicas bolivarianas deveriam formar uma alliança, com o objectivo de recuperar o que perderam pela força ou pelo dolo. A essa alliança deveriam associar-se as tres republicas do Prata, que têm queixas iguaes ás nossas. Uma dessas porções seria limitada, ao norte, pelo paralelo de Cuyabá, ou pelo divorcio das aguas dos

rios São Francisco, Tocantins e Amazonas, de um lado, e as do Prata, de outro. Nos Estados de Minas Geraes, São Paulo, Paraná, Santa Catharina e parte do de Matto Grosso ha um nucleo poderoso de allemães, italianos e espanhóes, que não se encontram bem no paiz. A segunda porção se limitaria com o Amazonas e teria Belém como capital, dispondo de immensas riquezas. A terceira porção ficaria ao norte do Amazonas e, se a Colombia se une cordialmente á Venezuela e ambas sabem aproveitar a occasião, tal porção não deve ultrapassar a linha equatorial venezolana, tomando a Venezuela, então, o que hoje se chama Guyana Brasileira e recuperando a Colombia o rio Guania, de onde foi desalojada. Para que a Bolivia e o Perú ganhem o que perderam, tanto a segunda como a terceira porção deveriam limitar-se pelo meridiano 65 a oeste do de Paris, que corre nas cercanias de Teffé. *O fraccionamento do Brasil é inevitavel por falta de homogeneidade das partes e tambem por excesso de territorio, pois a isso o conduziu a absorpção constante de terras alheias, com violencia da equidade e dos tratados publicos.*

“Não temos nenhuma antipathia pelo Brasil. Sómente desejamos que se lhe dê um vomitorio, para que elle devolva os corpos estranhos: os rios Guania e Caquetá, o

Acre, as Missões, etc., e que as partes em que se divida tenham limites justos. Sómente desejamos que, em caso de urgencia, lhe seja ministrado um purgante, como fazem ali com os negros, quando estes engolem, nas minas, um diamante.”

Essas novellas, está claro, não devem provocar senão o riso. Ellas não exprimem, de modo algum, o sentimento real dos povos americanos, a respeito do Brasil. Mas evidenciam, infelizmente, que estamos isolados e que precisamos deixar esse isolamento. Tudo isso demonstra, á saciedade, tambem, que podemos sorrir, sem duvida, mas temos a obrigação de falar claro e dizer a verdade, porque a verdade mais núa não humilha nem envergonha as tradições do Brasil.



A POLITICA IMPERIAL E A  
UNIDADE BRASILEIRA



O desejo de ver pelos proprios olbos é a caracteristica do homem novo do Brasil. As gerações que antecederam a nossa estavam acostumadas, por via de regra, a observar o phenomeno brasileiro através das lentes de qualquer mestre de importação. Com algumas excepções, de brava resistencia, como Tobias Barreto, apesar do seu germanismo, ou Joaquim Nabuco, mau grado a sua cultura de grande europeu, os nossos sociologos se limitavam a applicar formulas estranhas para resolver os problemas nacionaes.

Ha, entretanto, um facto singular no curso da nossa historia, para o qual eu me permittiria chamar a attenção dos seus pesquisadores, como o autor de *O Estado Fluminense*, Jayme de Barros, cuja obra me deu o melhor ensejo para estes commentarios. Ao lado de historiadores e analystas liricos e apressados, a Regencia e o Segundo Imperio, até os Tratados de 1872 com o Paraguay, produziram um typo que se tornou raro depois, o do homem politico, de capacidade pratica.

Aquelles que julgam a nossa actividade constructora no antigo regime, pela dialectica florida, pelo jogo subtil de sentenças e citações dos Annaes parlamentares commettem erro essencial. Essa maneira de criticar os estadistas do Imperio firmou-se, infelizmente, contra a verdade das coisas, entre a maioria dos nossos escriptores. E' preciso não esquecer, antes do mais, que essa doença da palavra peregrina foi peculiar, durante o seculo XIX, a todos os parlamentos do occidente. Doença que a Revolução herdou á Europa, era natural se transmittisse aos povos de um novo-mundo, sempre solícito na imitação do velho, de onde importava sequiosamente a indumentaria e as idéas. Nesse particular, por exemplo, demos prova de medida excepcional, entre quantas Republicas e Dictaduras brotaram das cavalgadas de San Martin, de Sucre e de Bolivar. Nada mais curioso, em tal passo, do que consultar os archivos das Juntas ou dos Cabildos hispano-americanos. Os deputados de Francia, de Oribe ou de Rosas fizeram a guerra gauchesca derramando sangue e eloquencia greco-romana, como girondinos, jacobinos e montanhezes. Cada um desses heroes da formação americana era, ao mesmo tempo, inesgotavel e façanhudo orador. Cada capitão de montonera degolava o soldado do Rei

ou o do bando opposto, entre apostrophes do mais lidimo sabor classico. A sciencia da faca e do latim corria de par.

E nem se diga, tambem, que chapeu alto, gravidade e sobrecasaca eram timbre exclusivo da Côrte de S. Christovam. Nessa materia, as alamedas da Quinta da Boa-Vista não empanavam as betesgas de Assumpção, na epoca de Carlos e Solano Lopez. Espanhóes e guaranis andavam, ali, de cartola, iam ao theatro de cartola e dormiam as longas sés-tas do tropico, sem outras complicações de vestuario, mas de cartola á cabeça.

### 1 — *Conselho de Estado*

Tudo isso não impediu que se processasse, normalmente, o destino dos povos americanos. Os Ciceros, Demosthenes, Macaulays e Thiers do parlamento imperial não entravaram, com todo o fogo dos tropos despejados, a marcha segura do nosso paiz. Ao longo dessa exposição brilhante de rethoricos e latinistas, alguns de boa lei, se desenvolveu uma das mais sábias organizações que a historia politica da America ainda hoje póde apresentar: o Conselho de Estado. A esse organismo deve o Brasil, sem a menor duvi-

da, a solução dos seus mais arduos problemas durante o Segundo Imperio. Os estadistas do Conselho herdaram aos seus descendentes republicanos a melhor tradição, e se porventura esse organismo continuasse a funcionar regularmente, com a mesma independencia com que se houve nas mais delicadas circumstancias, não teriamos que lastimar, hoje, o devaneio e a improvisação da maior parte dos nossos dirigentes. O Conselho formou homens praticos, porque exigia delles o estudo directo das questões, o exame imparcial dos factos. Por entre a atoarda e a logomachia dos debates parlamentares, souberam os homens do Conselho traçar directrizes firmes e honradas. Ninguém poderá conhecer, nos seus justos valores, a politica exterior do Brasil sem observar as Actas assignadas por Lopes Gama, Limpo de Abreu, Bernardo de Vasconcellos, Silva Maya e uma dezena de outras figuras do nosso passado. Muitos dos nossos mais bellos principios, como o da navegação dos rios internacionaes e os referentes aos litigios de limites, que nos dão physionomia primacial no terreno das relações juridicas, foram firmados pelo Conselho de Estado.

Combatendo a doutrina dos que enxergam no poder pessoal do Imperador a fonte de todos os nossos milagres, grava Jayme de

Barros uma pagina admiravel de sociologia americana. Sua forte capacidade politica se revela, nessa passagem de *O Estado Fluminense*, enriquecida pelo senso logico das realidades. Pesquisando as causas da "unidade brasileira", desenha as curvas da nossa trajetoria, como se estivesse em face de uma equação:

"Remontando-se mais longe nas origens do phenomeno que nos garantiu a unidade, escreve elle, é bem possivel se encontre a sua explicação no proprio instincto de conservação nacional. As circumstancias não eram mais as mesmas dos tempos coloniaes. Restringiram-se e amorteceram-se, em parte, a acção daquelles factores geographicos. Os centros de colonização, irradiando-se, se ainda eram, apesar disso, remotos na immensidade do territorio, possuiam, porém, entre si, varios pontos de contacto. A collectividade brasileira já evoluira bastante no sentido de uma cohesão mais intima, impellida pela força de interesses reciprocos dos seus diversos nucleos, interesses cada vez maiores.

"O instincto de conservação social revelou-se na renuncia de prerogativas, que, isoladas, eram insufficientes para resolver problemas cuja complexidade crescia sempre.

"De maneira que, ao despertar do periodo monarchico, a collectividade brasileira se

encontrava predisposta a soffrer a acção discrecional do poder imperial. Os factores geographicos que, então, predominavam cederam ao menos aparentemente, em face dessa transigencia voluntaria. Era chegado o momento historico em que os povos reclamam a mão forte e protectora dos despotas e tyrannos, soffrendo delles passivamente a acção, em seu proprio beneficio. Não era, assim, a personalidade do imperador, com a sua presença e com as suas virtudes, que criava esse estado de accommodação geral, mas a propria força impessoal, coordenadora dos destinos da nacionalidade e por elles responsaveis.

“A centralização do poder, longe de se me afigurar um artificio do Imperio, resultou da realidade mesma da vida social brasileira de então. O artificio foi apenas das formulas dessa politica. A sua propria tendencia para vencer o fatalismo geographico não foi senão uma consequencia logica de expansão do progresso natural do paiz.

“Do mesmo modo, a gravitação dos partidos em torno da figura do monarcha não resultara senão da força constrangedora das realidades do meio brasileiro. ”

Jayme de Barros poderia accrescentar que as realidades do meio brasileiro exigiam imperiosamente uma formula conservadora.



Esta só o Imperio seria capaz de lhe dar. Só o Imperio seria capaz de criar o artificio da unidade brasileira, em face da demagogia pseudo-democrata dos Estados hispano-americanos. O papel da Regencia foi, ali, decisivo. Feijó e Caxias, inspirados naquele artificio genial, conseguiram sustentar o "puzzle" geographico que nos legara a obra da colonização portugueza. Se os sonhos republicanos do começo do seculo XIX lograssem vingar, estaríamos, agora, irremediavelmente separados, disputando varias Tacnas e Aricas, sob o olhar glacial dos povos fortes. Se não nos protegesse durante o seculo XIX a estructura do Imperio, provavelmente, os gauchos e os malones de Rosas, Oribe e Lopez teriam imposto o codigo castelhana em todos os Estados do sul. Só o Imperio nos salvou, deante de Caseros e de Humaytá, da absorpção hispano-americana.

Entre os dois artificios, o imperial demonstrou maior atilamento que o republicano-demagogico das tyrannias platinas. Um conservou e o outro dividiu. Um deitou raizes e o outro as arrancou. Um determinou a unidade nas consciencias e no territorio e o outro a separação sangrenta, a briga dos despojos. Ha quem veja nessa antinomia uma questão de raça. O espanhol teria sido mais imprevidente, o portuguez mais sagaz. Illa-

ções apressadas. Os luso-brasileiros se teriam apartado, do mesmo modo que os hispano-americanos, se a crise de democracia precoce nos houvesse attingido na éra dos pronunciamentos *de los héroes libertadores*.

Conservando a riqueza moral e material do paiz, o Imperio cumpriu a sua missão. Depois do grande choque de 1865 a 1870 faltou, porém, a necessaria maleabilidade á formula conservadora. A nação começou a sentir muito apertado o vestuario de gala. E toda aquella pomposa arnação, por falta de technicos experimentados ou corajosos, estalou e abateu. As leis economicas, mais do que os abolicionistas e os republicanos, fizeram a abolição e a Republica.

## 2 — *Romantismo politico*

Abriu-se, fatalmente, entre o regime deposto e o actual, um periodo de transição, do qual vamos saindo, em que todas as formulas de adaptação foram apregoadas. Essa instabilidade originou sérios males. Um delles, e não o menor, foi o romantismo politico dos homens da propaganda republicana.

O novo governo deveria, num repente, transformar o Brasil adormecido, pelo aproveitamento immediato de todas as suas ri-

quezas, numa potencia mundial. Promessa de puro idealismo, não era possível se realizasse no tempo escasso que lhe marcaram. Por isso, a mestra das primeiras gerações republicanas foi a desillusão. Nella beberam o pessimismo imaginativo, a desconfiança no futuro, a inquietação no presente. Faltou-lhes, ainda mais, a disciplina da cultura intellectual. A ausencia de instrucção, como nos demais paizes americanos, gerou o caudillo. E o mando, que deveria ser unico, se desmandou em muitos.

O excessivo auto-didactismo aggravou as nossas indecisões. Começamos a ver o Brasil através da Europa, justamente na occasião em que entravamos, de modo definitivo, na communhão americana. Perdemos o senso do real, pela fragmentação artificial da verdade e da observação. Exaggeramos os nossos indices.

De um lado, o velho pessimismo negativista, de outro, a exaltação optimista. O Brasil nada vale, está á beira do abysmo. O Brasil é o maior paiz do mundo. O brasileiro é um triste, somma de raças tristes. O brasileiro é o mais intelligente de todos os homens, é um conquistador do destino.

A guerra, entretanto, nos ensinou muita coisa. Entre outras, a interdependencia economica e social de todos os povos da terra.

Nós, que pertencemos á geração amadurecida pela guerra, ficamos sabendo que o Brasil é uma inesgotavel fonte de utilidades para o mundo e, pois, um elemento indispensavel ao progresso humano. A consciencia dessa verdade é a principal força de propulsão do homem novo do Brasil.

A attitude politica de Jayme de Barros, tão denunciada nos substanciosos capitulos iniciais de *O Estado Fluminense*, justifica perfeitamente aquelle conceito. Como todos os homens de razão, elle não quer negar o passado, elle sabe que a obra de construcção repousa sobre alicerces e não sobre ruinas. Mas o que elle reclama, a exemplo de todos nós, é um exame directo desse passado, afim de retirar d'elle os elementos vivos, os materiaes organicos, as fontes e os cabedaes preciosos. Não quer dizer consequencia. E é justamente na pesquisa desapassionada das premissas que se pode comprehender a lição das consequencias. Sem acompanhar Jayme de Barros na sua extremada mas sincera apologia republicana, eivada de certo materialismo historico, seja-me licito affirmar que o seu depoimento é dos que melhor exprimem o espirito do homem novo do Brasil.

O UNIVERSALISMO BRITAN-  
NICO E O BRASIL



## 1 — *O particularismo saxão e o humanismo*

O particularismo saxão é uma diathese geographica. O character britannico é a saturação das proprias energias de uma raça comprimida, voltada para si mesma, entre duas infinitas monotonias: o mar e o céu. A lei dos grandes espaços gerou a imaginação britannica. Atrás dos seus horizontes não se desdobram divisas, onde se deslocam massas humanas, mas se estende a illimitada palpação dos oceanos. Dentro da sua ilha, o inglez repete a lição da perola, crescendo, em silencio, no concavo das valvas resistentes. Seu particularismo poderá ser uma enfermidade. Mas essa enfermidade constitue, sem duvida, uma riqueza da civilização occidental.

A contradicção perpetua entre o seu acanhado mundo physico e as solidões das aguas marinhas, que o cercam por todos os lados, desenvolveu, no inglez, dois basicos sentimentos, que são os radicaes do seu character: a paixão do lar e o espirito de aventura.

Toda a Inglaterra é um *sweet home*. A Grã-Bretanha é o solar de uma familia feudal. O homem, ali, absorve a natureza, impõe um estilo ás coisas que o rodeiam. A paisagem britannica parece pintada por um primitivo, parece um jogo fino de pincel. O instincto da disciplina, resultante da economia de força, transparece nos tableiros que sustentam, ao feitio de salvas de verdura, os *cottages* campestres, e se confirma no prodigio geometrico dos parques e jardins, de onde se levanta a pedra secular dos castellos senhoris.

Foi esse instincto de disciplina, formado em lutas asperas, onde os sangues invasores nordicos, romanos e normandos, vieram fundir-se na tempera autóchtone, que transformou o espirito de aventura em instrumento de acção, em regra de posse e de dominio sobre a materia. Deante do mar, teria o bretão apenas uma de duas preferencias: ou a escravidão da solitude, ou a livre expansão da conquista.

O particularismo saxão criou o typo do aventureiro, no seculo XVI. O inglez saiu do seu lar, para defendel-o melhor. Depois de procurar, ansiosamente, um apoio no continente europeu, depois de correr as costas do Mar do Norte, da Mancha e da Biscaya, em refregas violentas, mas sem resultados defi-



nitivos, o guerreiro insular converteu-se no pirata marítimo.

A linhagem dos Lencaster, dos Cavendish, dos Walter Raleigh, surgiu á prôa das naus de pilhagem e contrabando. Portuguezes, espanhóes, francos e batavos, tiveram que dividir, no mar, com os marinheiros de Elizabeth, os destinos dos novos mundos descobertos. Abre-se, então, o cyclo das feitorias. Em todos os quadrantes alvejam as velas de Plymouth, de Dover, Southampton e Liverpool. Inaugura-se a éra das cruzadas commerciaes. E as arcas de Londres atufam-se da prata do Mexico, do ouro do Potosi, da especiaria de Ceylão, das madeiras e plumagens do Brasil.

Senhores de archipelagos, estreitos, canaes, peninsulas e cabos, onde montam guarda as suas esquadras manobreiras, os britannicos invadem os continentes. Assaltam o Canadá, descem ao Missouri, fixam-se na America Central e na Guyana, penetram na Africa e espraíam-se pela India, até repontar no Mediterraneo, pela Asia Menor e pelo Egypto. Em menos de duas centurias, as portas do mundo ficam em suas mãos. Suez, Gibraltar, Cabo da Bôa Esperança, Australia, Malvinas, Bahamas, Barbados, Trinidad, as chaves das communições internacionaes encontram-se nas camaras de commando de seus almiran-

tes e capitães. Só o Panamá lhes escapa, com a condição de que, ali, também se fale inglez.

Essa permanente dilatação de raias e zonas de influencia, permittiu que o ardente aventureiro se mudasse no colonizador methodico. Insensivelmente, o character saxão impregnou-se de um generoso espirito humanista. A topographia do planeta, que as cartas lusas, italicas e espanholas do Renascimento esboçaram com tintas de fantasia, começaram a ser levantada com precisão mathematica. A chronica dos navegadores épicos, dos sacerdotes ingenuos e dos piratas solertes, foi substituida pelas relações de viagem dos mercadores atilados, sem a imaginação de Marco Polo, mas com a lucida intelligencia dos *livros de razão*. As observações pitorescas dos roteiros nauticos, de Lisbôa, Cadiz, Veneza e Brest, cederam logar ás classificações pacientes dos naturalistas, zoologos, phytologos e mineralogistas. O inglez principiou a fazer o inventario do mundo.

## 2 — *Canning e a liberdade da America Latina*

Mercê desse universalismo, proveniente do contacto directo com terras e gentes estranhas ao velho mundo, pôde a politica da côr-

te de St. James perceber a luz do astro que nascia, ao dealbar o seculo XIX, na obscura e nebulosa America Latina. Emquanto, no taboleiro da Santa Alliança, russos, austriacos, francezes e prussianos se empenhavam em alimentar os leões de Castella com sangue americano, favorecendo, por meio daquellas combinações subtis que teceram a trama do Tratado de Vienna, a reconquista do Vice-Reino do Prata, do Vice-Reino do Perú e do Vice-Reino de Nova Espanha, o gabinete de Londres viu, num relance, a impossibilidade material da empresa.

O inglez sabia que as directrizes politicas do seculo XIX já não se cifravam nos accôrdos sybilinos entre as corôas. A Europa estava esgotada pelos sacrificios da Revolução e do Imperio bonapartista. Para reconstituil-a, seria mister a abertura de novos mercados. E a liberdade da America importaria na unica formula de equilibrio para o velho mundo.

Pela voz de Canning falou o universalismo britannico. Nem um poder possuia, então, maior somma de humanismo, de conhecimento e de cultura do Universo que o da Grã-Bretanha. O descobrimento da America, portanto, não foi sómente fruto da energia luso-hispanica. Foi, tambem, uma resultante da politica britannica.

Vencendo o absolutismo de Reis e Imperadores, assim como a propria vontade de ferro do Duque de Wellington, Canning descobriu de novo a America. Descobriu-a no que ella apresentava de mais real: na sua humanidade.

### 3 — *O espirito britannico e o Brasil*

As instrucções com que o Lord Strangford desembarcou em Lisbôa, no mez de Novembro de 1807, afim de aconselhar o Principe D. João a deixar immediatamente o Reino, em busca da colonia ultramarina, foram o fermento activo da independencia do Brasil. Se a familia bragantina permanecesse na peninsula, seria Junot o instrumento de outra abdicação de Bayonna. E o Brasil, certamente, não se libertaria com um Principe, dentro de uma formula de unidade territorial, mas com um pugilo de caudilhos, mutilado em varios nucleos de exasperada demagogia.

Canning influiu decisivamente para que o Brasil fosse um Reino, com os mesmos fóros da Metropole, antes de ser um Imperio, o maior Imperio da America. Sua vigilancia sympathica sempre nos acompanhou. E se,

por vezes, o nosso Itabayana se queixou a Pedro I.º de algum repente de humor do *Foreign Office*, nem por isso o chanceller de Wellington nos regateou a confiança.

Na sua longa correspondencia com Strangford, o nome do Brasil brilha como indice de esperança. Ao remetter as credenciaes áquelle plenipotenciario, insistia Canning no proposito de aconselhar o Principe D. João a assentar, no novo Reino, as bases da sua dynastia. O Brasil, accentuou elle em mais de uma oportunidade, por sua grandeza e enormes cabedaes, é um imperio de futuro muito maior que o pequenino Portugal. E accrescentava, em officio de 17 de abril de 1808, que Sua Majestade Britannica tinha a maior satisfação, quando considerava "*the Period when the Brazilian Monarchy shall have acquired strength and consideration far superior to that which Portugal enjoyed among the nations of Europe.*" (Record Office. London. Vol. 1.º F. O. 63).

Ao lado de Strangford, de Stuart, de Ponsonby e Gordon, de par com os diplomatas e os politicos, formam, na intimidade com que versaram assumptos brasileiros, aristocratas, navegadores, commerciantes, scien-tistas e modestos viajantes.

Antes de Roberto Southey, o Brasil não conhecia bem a sua historia. Rocha Pitta es-

crevera, no seculo XVIII, uma ingenua *America Portuguesa*, com a rhetorica de uma arcade. Os fastos do paiz encontravam-se esparcos nas chronicas e nos roteiros de bandeirantes, missionarios e padres visitadores, despachados pelo Santo Officio. Não havia, por isso, uma obra de synthese, que reproduzisse a physionomia do Brasil, na sua integridade. Pois, coube a um poeta inglez, de quem Byron disse tanto mal injustamente, escrever a nossa primeira historia. E, para cumulo do espanto, merece referencia o facto de que Roberto Southey nunca veio ao Brasil !

Depois dessa carta de baptismo, Henderson, em 1821, e Armitage em 1836, publicaram copiosas historias do Brasil. Em 1839, o almirante Sir Sidney Smith estampou as suas Memorias, onde se deparam profundos subsidios sobre a intriga de Carlota Joaquina, para se apossar do Vice-Reinado do Prata. Koster descreveu o nordeste, onde viveu dez annos, chegando a senhor de engenho em Itamaracá. Luccock, que passou tambem uma década entre nós, deixou notas interessantissimas sobre os costumes do Rio de Janeiro, entre 1808 e 1818, assim como sobre as capitancias do sul. Maria Graham, Sir G. M. Keith, James Prior estudaram, cada qual ao seu geito, o nosso paiz. Fixaram algumas linhas fundamentaes do nosso character, ás

vezes com ralhos, outras com excessivos louvores, mas sempre com espirito objectivo.

O universalismo dos inglezes conferiu-lhes o galardão de classicos da historia americana. Sem o livro de Southey ou sem a obra de Prescott, por exemplo, haveria paginas em branco tanto na historia do Brasil como na do Mexico. Se os inventarios bem feitos facultassem titulos de posse, os britannicos seriam, em verdade, os proprietarios do mundo.





PREFACIO AO “MOLTKE”, DE  
RAUL TAVARES



*Moltke* é uma synthese do genio germanico. Sua vida é uma continua batalha. Nascido em um meio que lhe fechava, a cada passo, a ousada trajectoria marcada pelo destino, viu-se forçado, no primeiro impeto da idade varonil, a procurar uma patria digna da sua ambição energica. Uma patria que não fosse apenas recordação e ternura, mas principalmente desejo e esperança. Não lhe bastava a Dinamarca das tranquillias auras boreaes, dos *fiords* mansos e brumosos, dos campos macios, dos castellos roqueiros ainda mergulhados no espanto dos mythos cosmogonicos. Moltke não pertencia á familia dos espiritos irrequietos, dos que jogam com a vida pelo puro prazer de jogar, dos que se satisfazem com os artificios do calculo pelo simples gosto de calcular. Nas doces granjas de Andersen ou entre os soliloquios do Principe Hamlet não havia logar para a sua espada.

Moltke tem a flexibilidade forte da lamina de aço. E' recto, preciso, claro e resistente. Prepara-se para todas as tarefas, até as

mais singelas, com inalteravel lentidão. Ajunta, pouco e pouco, os materiaes de que necessita, corrige, aqui e ali, os dados do seu problema, investiga, esmiuça, põe em equação todas as incognitas possiveis, resolve, elucida todas as hypotheses. Mas a sua acção produz o effeito de um golpe instantaneo. E' a manobra do raio entre duas nuvens de tormenta. O choque succede ao clarão, quasi de improviso. Moltke é uma espada.

Bismarck, por exemplo, em que pése aos prégoeiros do pan-germanismo, Bismarck não se ajusta á sua raça tão perfeitamente quanto Moltke. No Chancellor ha uma astucia de grego, de judeu, de homem do Mediterraneo. Sua intelligencia se compraz em deslocar todos os problemas. Ninguem sabe nunca onde elle vai conduzir-nos. Quando parece que está cedendo tudo, é, justamente, quando vae ganhar tudo. Foi assim que elle atirou Francisco José em Sadowa e Napoleão III em Sedan. Seu estilo é o de Richelieu. Menos elegante que o do Cardeal, mas em ambos ha o mesmo cynismo de aproveitar a victoria com sensualismo, o mesmo costume subtil de experimentar até onde vae a capacidade do vencido para se deixar vencer ainda mais.

Bismarck é um homem de muitos caminhos. Moltke é o homem de um caminho só.

Pode ser que o Marechal, á guisa do Diplomata, pensasse na unidade do Imperio. O que elle queria, antes do mais, era a grandeza da Prussia. Objectivo directo, rapido, sem complicações, sem raizes imaginarias. Visando-o, Moltke visava um alvo presente sempre aos seus olhos, que o seu pensamento estava habituado a ferir, desde a juventude. E' que, na Prussia, estava a sua raça, a sua *gens*, e do desenvolvimento della dependeria, naturalmente, a projecção do germano em toda a Europa.

Moltke percorreu o velho mundo, da Hollanda á Turquia, como um caixeiro-viajante, levando no bolso, para convencer todos os povos, a mercadoria unica do seu amor: a Prussia. Na sua longa correspondencia intima, que o Commandante Raul Tavares commenta com tanta agudez, ha um refrão permanente, o refrão do soldado distante do seu regimento, do soldado que não deve esquecer nunca as fronteiras da sua terra natal. Essas fronteiras foram a preocupação exclusiva da sua vida. Nem os caiques dourados de Stambul, nem as steppes da Russia desenrolando-se por milhares de kilometros, nem as aguas illustres do mar jonico, saturadas de historia humana e divina, nem os brilhos ephemeros de Paris do Segundo Imperio, nada disso lhe perturbou a lembrança das

suas fronteiras. Em toda parte lá estavam ellas, vigiadas pelos seus pesados prussianos silenciosos e tímidos.

A um verdadeiro prussiano a Europa não devia mostrar uma placida mascara tranquillizadora. As chammas da guerra da Criméa poderiam reaccender-se, dilatando-se por outros paizes. Em face de uma Russia exasperada, de uma Austria intolerante, cheia de suspicacias, de uma França dirigida por um Bonaparte, de uma Inglaterra sempre disposta a desfechar surpresas, a Prussia estava só. Peor, ainda. A Prussia estava presa nas malhas de uma larga rede de intrigas que, entre a Baviera, o Hanovre, os Estados do Rheno e demais povos da Allemanha do Sul, teciam as côrtes de Vienna e de Paris. Era mister, portanto, ver claro para agir com proveito.

Moltke viu claro. Considerou, genialmente, que sua patria sahiria humilhada irremediavelmente da pugna proxima se não preparasse logo elementos bastantes para defender os seus interesses vitaes. Elle viu, tambem, que a só diplomacia, por mais sagazes que fossem as suas directrizes, não daria á Prussia nem um relevo na Europa, nem evitaria uma possivel derrota desastrosa e imminente. Em poucos annos, lançando mão do instincto de disciplina caracteristico da

sua raça, elle dava ao lacre dos tîmbres, com que Bismarck sellava os seus tratados, o peso grave de quinhentas mil baionetas. Dessarte, em verdade, a palavra da Prussia poderia pesar nos destinos da Europa. E foi com esse peso inicial que, mais tarde, conseguiu equilibrar-se a balança da Unidade do Imperio Allemão. Sem as maduras meditações de Moltke, sem as suas cogitações, sem a sua longa paciencia de soldado, os espelhos de Luiz XIV, na Galeria de Versalhes, não teriam reflectido as sedas dos estandartes e os metaes das couraças com que os germanos festejaram o nascimento da Grande Allemanha. Sem Moltke, Bismarck teria sido um amavel philosopho politico, um sociologo de pequena côrte, commentador de Goethe, de Beethoven, amigo dos potes de faiança, onde espuma a cerveja negra de Munich.

Essa é a lição generosa do formoso ensaio do Commandante Raul Tavares. Escrevendo sobre Moltke, o illustre official da nossa Marinha de Guerra não quiz apenas mostrar o seu enorme cabedal de cultura e as riquezas do seu gosto de escriptor. Na Prussia de hontem elle enxerga o Brasil de hoje. Este Moltke, de Raul Tavares, não é um retrato bem composto, é, ao revés, um jacto de materia viva, uma grande massa de energia,

de exemplos edificantes e productivos.<sup>(1)</sup> E', em summa, um incitamento, um aviso aos descuidosos, a quantos julgam que o factor militar é despiciendo e até prejudicial, a quantos confundem o entorpecimento satisfeito com a severa disciplina da paz forte e varonil.

Os povos sem disciplina não têm direito a vida. Disciplina quer dizer capacidade de adaptação á realidade do paiz, comprehensão dos seus problemas politicos, estudo acurado das suas necessidades. O Estado que apenas prepara doutores obra criminosamente, porque deixa de apromptar homens para a sua propria defesa. Só as verdadeiras Escolas poderão produzir typos da excellencia de Moltke. A verdadeira Escola não se baseia na letra morta dos livros, mas na lição permanente do real. O que a Escola deve formar é, principalmente, o character e não a fria cultura da intelligencia. Livros como este do Commandante Raul Tavares são salutaes para temperar o character dos moços. Mostrar com tanto acerto uma vida, como a de Moltke, é ensinar a viver

---

(1) *Raul Tavares: Moltke. Rio de Janeiro. 1926.*



# INDICE



## INDICE

A Legação imperial, em Londres, e a mediação inglesa, na guerra Cisplatina.. .. .	5
Bolívar e a colligação das Republicas sul-ame- ricanas contra o Imperio do Brasil.. . . .	47
A batalha do Passo do Rosário.... .. .	71
A diplomacia secreta de Montevidéo e os pro- dromos da guerra do Paraguay . . . . .	85
A Historia Militar do Brasil. .... .	109
Da incomprehensão separatista .... .. .	119
A politica imperial e a unidade brasileira....	139
O universalismo britannico e o Brasil.... ..	151
Prefacio ao "Moltke", de Raul Tavares. . . .	163







## BRASILIANA DIGITAL

### ORIENTAÇÕES PARA O USO

Esta é uma cópia digital de um documento (ou parte dele) que pertence a um dos acervos que participam do projeto BRASILIANA USP. Trata-se de uma referência, a mais fiel possível, a um documento original. Neste sentido, procuramos manter a integridade e a autenticidade da fonte, não realizando alterações no ambiente digital - com exceção de ajustes de cor, contraste e definição.

**1. Você apenas deve utilizar esta obra para fins não comerciais.** Os livros, textos e imagens que publicamos na Brasiliiana Digital são todos de domínio público, no entanto, é proibido o uso comercial das nossas imagens.

**2. Atribuição.** Quando utilizar este documento em outro contexto, você deve dar crédito ao autor (ou autores), à Brasiliiana Digital e ao acervo original, da forma como aparece na ficha catalográfica (metadados) do repositório digital. Pedimos que você não republique este conteúdo na rede mundial de computadores (internet) sem a nossa expressa autorização.

**3. Direitos do autor.** No Brasil, os direitos do autor são regulados pela Lei n.º 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. Os direitos do autor estão também respaldados na Convenção de Berna, de 1971. Sabemos das dificuldades existentes para a verificação se um obra realmente encontra-se em domínio público. Neste sentido, se você acreditar que algum documento publicado na Brasiliiana Digital esteja violando direitos autorais de tradução, versão, exibição, reprodução ou quaisquer outros, solicitamos que nos informe imediatamente ([brasiliiana@usp.br](mailto:brasiliiana@usp.br)).